



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

PRISCILA DE LIMA LEITE

**TURISMO E QUALIDADE DE VIDA NO CARIRI PARAIBANO: UMA REGIÃO EM
BUSCA DO DESENVOLVIMENTO**

CAMPINA GRANDE

2015

PRISCILA DE LIMA LEITE

**TURISMO E QUALIDADE DE VIDA NO CARIRI PARAIBANO: UMA REGIÃO EM
BUSCA DO DESENVOLVIMENTO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na área de concentração Desenvolvimento Regional, na linha de pesquisa Turismo, Cultura e Desenvolvimento Regional, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientador: Dr. Julio César Cabrera Medina

CAMPINAGRANDE

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L533t Leite, Priscila de Lima.
Turismo e qualidade de vida no Cariri Paraibano [manuscrito]
: uma região em busca do desenvolvimento / Priscila de Lima
Leite. - 2015.
101 p. : il. color.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação
e Pesquisa, 2015.
"Orientação: Prof. Dr. Julio César Cabrera Medina, Pró-
Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa".

1. Qualidade de vida. 2. Turismo. 3. Desenvolvimento
Regional. I. Título.

21. ed. CDD 338.479 1

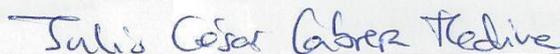
PRISCILA DE LIMA LEITE

**TURISMO E QUALIDADE DE VIDA NO CARIRI PARAIBANO: UMA REGIÃO EM
BUSCA DO DESENVOLVIMENTO**

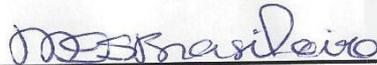
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na área de concentração Desenvolvimento Regional, na linha de pesquisa Turismo, Cultura e Desenvolvimento Regional, como requisito para obtenção do título de mestre.

Dissertação apresentada em 09/12/2015

Banca Examinadora



Prof. Dr. Julio César Cabrera Medina
Orientador – UEPB



Profa. Dra. Maria Dilma Simões Brasileiro
Examinador interno – Universidade Estadual da Paraíba/UEPB



Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
Examinador externo – Universidade Federal do Pará/UFPA

Dedico este trabalho,

A *Deus*, autor da minha vida, pelo sustento.

A minha *família*, pelo amor incondicional.

Ao *povo caririzeiro*, que busca se reinventar
diantedas adversidades, preservando suas raízes
culturais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu Senhor, por me conduzir em cada passo desta jornada acadêmica, desde o dia em que me propus a fazer o mestrado, me iluminando e bondosamente provendo minhas necessidades. *Soli Deo Gloria.*

Aos meus pais, Jerusa e Amaro, por todo amor e por todo apoio aos estudos. Foi com vocês que descobri o prazer da leitura.

À minha irmã Olívia pelas palavras de incentivo e pela ajuda em diversos momentos nesta fase de mestranda.

Ao meu esposo Anderson pelo companheirismo, amor e suporte nos dias de dedicação a esta pesquisa e em todas as etapas do mestrado. Obrigada por tudo, amo você e nosso pequeno Nathan.

Ao meu orientador, professor Julio César Cabrera Medina pela confiança, paciência, por todo conhecimento transmitido e pela forma profissional com que me conduziu no desenvolvimento deste trabalho.

À banca de qualificação pelas considerações feitas, as quais contribuíram para o delineamento da pesquisa.

À Universidade Federal de Campina Grande, instituição na qual me formei profissionalmente e que hoje tenho a honra de fazer parte do quadro de servidores, obrigada por me dar todo apoio de que precisei para concluir esta importante etapa de minha vida. Agradeço em especial ao professor Alexandre Gama e ao Júlio Almeida pela compreensão e suporte nas minhas ausências.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional pelos conhecimentos doados.

Aos servidores técnicos que trabalham na Secretaria do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional pela assistência e presteza.

Aos colegas da turma 2013 pela agradável convivência e pelos conhecimentos compartilhados.

Aos entrevistados pela disponibilidade, receptividade e pelas ricas informações prestadas.

Aos moradores da cidade de Cabaceiras pela acolhida.

Ao Ramon Costa pelo auxílio no período de entrevistas e pela disponibilidade.

A todos que, direta ou indiretamente cooperaram para que esta etapa de minha vida fosse concluída, torcendo e transmitindo palavras de estímulo. Obrigada! Deus abençoe vocês.

“Não há nada melhor para o homem do que comer e beber, e fazer com que sua alma goze do fruto do seu trabalho”.

(Eclesiastes, 2:24)

RESUMO

O turismo tem sido considerado um vetor do desenvolvimento econômico capaz de gerar divisas e empregos, movimentando recursos financeiros, humanos e modificando a infraestrutura socioeconômica. Tal fato conduz países, regiões e localidades a investirem no turismo como forma de dinamizar a economia local, o que por sua vez, pode trazer modificações na qualidade de vida da população local. Neste sentido, o desenvolvimento regional é analisado sob a ótica do turismo e da qualidade de vida. Para tanto, o texto considera conceitos como desenvolvimento na escala humana, turismo situado e liberdades humanas a fim de discutir sua importância no debate atual sobre desenvolvimento regional e suas implicações nas condições materiais e imateriais de vida das populações residentes em cidades turísticas. A presente pesquisa tem como objetivo conhecer as ações dos agentes que participam do desenvolvimento turístico e regional em Cabaceiras e sua relação com a qualidade de vida da população local. Pretende-se com esta pesquisa constatar a aplicação das teorias do desenvolvimento e de qualidade de vida no município objeto deste estudo, assim como avaliar os efeitos do desenvolvimento do turismo na qualidade de vida da população estudada. A pluralidade metodológica, a qual combina a metodologia qualitativa e quantitativa, será aplicada nesta pesquisa com a finalidade de apreender as dimensões materiais e imateriais que o conceito de qualidade de vida requer. A coleta de dados ocorreu mediante realização de entrevistas semiestruturadas com agentes locais, como também por meio de dados do censo demográfico e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Os resultados indicam que os agentes locais empregaram ações no Cariri visando o desenvolvimento regional a partir do investimento conjunto em negócios locais, capacitação de habilidades para o desenvolvimento regional, na cultura e no turismo. Em Cabaceiras, estas ações promoveram o desenvolvimento com qualidade de vida da população por meio da geração de emprego e renda, fortalecimento da cultura regional e do sentimento de felicidade das pessoas. Mas por outro lado, alguns desafios ainda precisam ser superados para que se possa atingir maiores níveis de qualidade de vida, como a sazonalidade do turismo na localidade e a diminuição do apoio do poder público às ações empregadas no passado.

Palavras-chave: Qualidade de vida, Turismo, Desenvolvimento Regional

ABSTRACT

Tourism has been considered a vector of economic development able of generating foreign exchange and jobs, moving financial, human resource and modifying the socioeconomic infrastructure. Such miss leading countries, regions and localities to invest in tourism as a way to boost the local economy, which in turn can bring about changes in the quality of life of local people. In this sense, regional development is analyzed from the perspective of tourism and quality of life. To this end, the text considers concepts such as development on a human scale, nestled tourism and human freedoms to discuss its importance in the current debate on regional development and its implications for material and immaterial living conditions of the populations living in tourist towns. This research aims to evaluate the actions of the agencies involved in the tourism and regional development in Cabaceiras and its relation to the quality of life of local people. The aim of this research to verify the application of the theories of development and quality of life in the city object of this study and to evaluate the effects of tourism development in the study population quality of life. The methodological plurality, which combines qualitative and quantitative methodology will be applied in this research in order to seize the material and immaterial dimensions to the concept of quality of life requires. Data collection occurred by carrying out semi-structured interviews with local agents, as well as through data from the census and Municipal Human Development Index. The results indicate that the local staff employed in Cariri actions aimed at regional development from the joint investment in local businesses, skills training for regional development, culture and tourism. In Cabaceiras, these actions have promoted the development with quality of life of the population through the generation of jobs and income, strengthening regional culture and the sense of happiness of the people. However, some challenges still need to be overcome so that we can achieve higher levels of quality of life, such as the seasonality of tourism in the locality and the reduction of government support to the actions used in the past.

Keywords: Quality of life, Tourism, Regional Development

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNTM- Brasil National Tourism Mart
CTCC- Centro de Tecnologia do Couro e do Calçado
DELI -Desenvolvimento Local Integrado
DSC - Discurso do Sujeito Coletivo
EUA – Estados Unidos da América
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IETS - Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IQVU – Índice de Qualidade de Vida Urbana
ISSQV - Índice Sintético de Qualidade de Vida
MTur- Ministério do Turismo
OMT - Organização Mundial do Turismo
ONU - Organização das Nações Unidas
PBTur – Empresa Paraibana de Turismo
PIB – Produto Interno Bruto
PNT - Plano Nacional do Turismo
PNUD - Programa Nacional das Nações Unidas
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UP - Unidades de Planejamento

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Mapa do Cariri Paraibano – destaque para o município de Cabaceiras	54
--	----

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1: Lajedo de Pai Mateus, a 29 km da sede municipal	55
Foto 2: Saca de Lã	55

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Ranking IDHM-médio por Microrregião da Paraíba	59
Tabela 2: Ranking IDHM dos municípios do Cariri paraibano.....	60

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: IDHM de Cabaceiras nos anos 2000 e 2014	79
--	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Ações realizadas no Cariri paraibano com vistas ao desenvolvimento regional.....	64
Quadro 2: Ações realizadas pelos agentes para o desenvolvimento territorial e turístico em Cabaceiras-PB	70
Quadro 3: Aspectos da qualidade de vida na percepção dos agentes	80
Quadro 4: Contribuição do Turismo para a qualidade de vida em Cabaceiras na percepção dos agentes	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. DA ORIGEM ÀS NOVAS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO.....	22
1.1. Desenvolvimento: origens e concepções teóricas	22
1.2. Desenvolvimento regional: entre a escala global e local	26
1.3. Novas possibilidades de Desenvolvimento	30
2. O TURISMO COMO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	35
2.1. Uma breve trajetória do turismo.....	35
2.2. A diversidade turística.....	38
2.3. O turismo no desenvolvimento regional	41
3. A QUALIDADE DE VIDA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO	46
3.1. A qualidade de vida no desenvolvimento	46
3.2. O conceito de Qualidade de Vida.....	48
3.3. Dimensões e métodos de mensuração da qualidade de vida.....	50
4. CABACEIRAS: A CIDADE DO BODE, DO CINEMA, DO TURISMO E DAS BELEZAS NATURAIS NO CARIRI PARAIBANO.....	53
4.1. O município de Cabaceiras	54
4.2. O Índice de Desenvolvimento Humano em Cabaceiras.....	58
5. AS AÇÕES DOS AGENTES PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E TURÍSTICO NO CARIRI PARAIBANO.....	62
5.1. As Ações dos Agentes no Âmbito Territorial: O Cariri Paraibano.....	62
5.2. As ações dos Agentes no Âmbito Local: O município de Cabaceiras	66
6. O TURISMO E A QUALIDADE DE VIDA EM CABACEIRAS	74
6.1. O turismo e a qualidade de vida na percepção dos agentes	74
6.2. Uma síntese dos dados objetivos e dos discursos dos agentes.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88

APÊNDICES	94
Apêndice A: Questionário elaborado para entrevistas semiestruturadas com representante do Governo do Estado	95
Apêndice B: Questionário elaborado para entrevistas semiestruturadas com empresários da cidade de Cabaceiras	96
Apêndice C: Questionário elaborado para entrevista semiestruturada com o guia de turismo	97
Apêndice D: Questionário elaborado para entrevista semiestruturada com os moradores	98
Apêndice E: Questionário elaborado para entrevista semiestruturada com representante do SEBRAE.....	99
Apêndice F: Questionário elaborado para entrevista semiestruturada com representante da Secretaria de Cultura	100
Apêndice G:Termos de cessão gratuita de direitos de depoimento oral.....	101

INTRODUÇÃO

O modelo hegemônico de desenvolvimento, pautado no crescimento econômico e em preceitos capitalistas, foi alvo de críticas nas últimas décadas por suas disparidades. Embora muitos países tenham fortalecido suas economias, os demais aspectos da vida social, política, cultural e ambiental foram subordinados ao fator econômico. As discussões sobre a temática apontam para a necessidade de pensar o desenvolvimento sob novas perspectivas, para além do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Sen (2000) apresenta uma reflexão que considera que o fim último do desenvolvimento é expandir as liberdades humanas, é dar às pessoas a oportunidade de escolher sua educação, seus governantes e seus modos de vida. Mais do que aumentar o PIB, desenvolver é possibilitar que as pessoas tenham qualidade de vida no lugar onde desejam viver e sejam participantes da construção de seu espaço social.

A qualidade de vida pode ser entendida como a soma de condições políticas, econômicas, ambientais e científico-culturais postas à disposição das pessoas para que estas possam realizar suas potencialidades (HERCULANO, 2000). Todas as sociedades podem ter qualidade de vida, independentemente da localização geográfica ou do nível de industrialização. Dentre as possibilidades de promover a qualidade de vida de uma sociedade está o turismo, que tem um potencial para mudar a realidade social e contribuir no desenvolvimento regional, social e cultural.

O turismo é um fenômeno complexo, com dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais. Nos últimos anos, a prática turística ganhou impulso e vem recebendo atenção tanto da comunidade científica quanto das diversas instituições presentes no mercado. Comumente, pessoas fazem viagens no intuito de conhecer novas culturas, trocar experiências e vivenciar momentos únicos de lazer e descanso. Com o crescimento do consumo e a busca por roteiros turísticos mais diferenciados, países, regiões e localidades vêm apostando no turismo cultural como um propulsor do desenvolvimento. O turismo cultural fundamenta-se em atividades que possibilitam a vivência do conjunto de elementos do patrimônio histórico e cultural do lugar, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2008).

Frente à relevância do turismo cultural no contexto do desenvolvimento, a cidade de Cabaceiras destaca-se no Estado da Paraíba, devido à tradição cultural, às belezas naturais e a vocação para a cinematografia. A cidade de Cabaceiras está localizada na Microrregião do Cariri Oriental do Estado da Paraíba. Possui 5.035 habitantes, e foi considerada como polo

seco do Brasil (IBGE, 2010). Com a gravação da microssérie *'Auto da Compadecida'*, em 1998, Cabaceiras ganhou visibilidade nacional e começou a investir numa imagem de cidade voltada para o cinema. A cidade passou a receber turistas do Brasil e do exterior, buscando o desenvolvimento com base no turismo cultural e na cultura do bode. Em 1999, Cabaceiras criou a *'Festa do Bode Rei'*, evento que exalta de forma criativa a cultura do bode na localidade, atraindo anualmente mais de 50 mil visitantes à festividade.

Considerando, portanto, a importância do turismo nos debates contemporâneos sobre estratégias para promoção do desenvolvimento este estudo questiona: O turismo tem melhorado a qualidade de vida da população local? Ao compreender o desenvolvimento como um conceito que perpassa variáveis econômicas, sociais, ambientais e culturais e que o desenvolvimento precisa estar alinhado com o bem-estar, o conceito de qualidade de vida pode ser considerado como um dos pilares do desenvolvimento, incorporando outros aspectos para qualificar o crescimento e reconciliando o desenvolvimento com a necessidade de gerar bem-estar social.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral conhecer as ações dos agentes que participam do desenvolvimento turístico regional em Cabaceiras, e sua relação com a qualidade de vida da população local. Atrelado a este objetivo geral consideramos os três objetivos específicos seguintes: enquanto atividade econômica, o turismo movimenta recursos humanos, financeiros e materiais, possibilitando modificações na infraestrutura, no trabalho e no comércio local, dentre outras, que impactam a qualidade de vida da população dependendo de como ocorrem no ambiente. Nesse sentido, o estudo busca identificar as modificações nas condições materiais da qualidade de vida da população. Por outro lado, as modificações decorrentes da prática do turismo são percebidas subjetivamente pelas populações locais. Assim, o estudo busca analisar como os agentes locais percebem a qualidade de vida com o incremento do turismo no município. Além disso, o estudo busca interpretar a relação entre as condições materiais e avaliações subjetivas da qualidade de vida com o desenvolvimento causado pelo turismo no município.

Para alcançar estes objetivos, optou-se pela pluralidade metodológica de pesquisa científica. De acordo com Brasileiro (2005) a pluralidade metodológica busca superar a dicotomia qualitativo/quantitativo a partir da integração dos dois métodos no marco de um único estudo, visando a maximização dos pontos fortes de ambos os métodos e a minimização de suas debilidades. Ainda para Brasileiro (2005, p. 171) “a aplicação de vários métodos, em si imperfeitos, embora com diferentes imperfeições, surge para que possamos obter uma

análise mais válida e confiável, uma maior explicação e/ou compreensão do fenômeno estudado” Sendo assim, a utilização de dois métodos diferentes no mesmo estudo permite uma visão mais ampla da realidade, a partir de informações oriundas de diversos métodos, assumindo um caráter de complementaridade dos dados.

Na abordagem qualitativa, os dados deste estudo foram coletados por meio das técnicas de entrevista semiestruturada e da observação. As entrevistas realizadas foram as seguintes: para os agentes institucionais, foi feita uma entrevista com a gestora de projetos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; uma com a gerente executiva do Desenvolvimento do Turismo da Empresa Paraibana de Turismo – PBTur e outra com o coordenador de cultura do município de Cabaceiras. Para os empresários foi feita uma entrevista com a proprietária de uma hospedaria; a proprietária de um restaurante e um gerente de supermercado na cidade de Cabaceiras. Para os moradores foram feitas entrevistas com quatro moradores da cidade. Além destas, foi feita uma entrevista com um guia de turismo que trabalha na cidade.

As entrevistas buscaram conhecer quais as ações praticadas com vistas à promoção do turismo, como os agentes compreendem o turismo nestas localidades e qual a percepção dos mesmos sobre a relação entre o turismo local e a qualidade de vida da população. Inicialmente foram feitos contatos via telefone com os dirigentes e/ou representantes institucionais selecionados, para agendar entrevistas nos municípios de João Pessoa (Empresa Paraibana de Turismo - PBTur), Campina Grande (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE) e em Cabaceiras (Secretaria de Cultura). Em seguida foram realizadas entrevistas com os empresários, moradores e guia de turismo na cidade de Cabaceiras.

Os discursos são aqui entendidos como um conjunto de ideias, pensamentos e opiniões sobre determinado assunto (LEFÈVRE, 2005). Assim, a análise de discurso possibilita compreender a percepção dos agentes sobre o turismo e a qualidade de vida na localidade. O método empregado baseia-se na construção do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), proposto por Lefèvre (2005). Esta metodologia consiste basicamente, na seleção das principais ideias centrais presentes em cada um dos discursos individuais e em todos eles reunidos, culminando numa forma sintética, em que se busca a reconstituição discursiva da representação social.

Na abordagem quantitativa os dados coletados foram obtidos através da coleta de dados do censo demográfico dos anos 2000 e 2010, disponíveis nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa Nacional das Nações Unidas (PNUD). Os dados de origem secundária obtidos buscaram compor o Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios do Cariri paraibano. Além disso, buscou-se reunir informações disponíveis na internet, livros e revistas, os quais apontem dados de caráter quantitativo como comércio local, renda, investimentos, infraestrutura e trabalho no segmento de turismo na cidade de Cabaceiras.

O trabalho está sistematizado em seis capítulos. O primeiro capítulo –Da Origem às Novas Abordagens do Desenvolvimento – tem por finalidade discutir sobre o contexto histórico do conceito de desenvolvimento, bem como refletir sobre características da globalização e da localização que produzem interferências no processo de desenvolvimento. Além disso, este capítulo busca apresentar linhas teóricas sobre o desenvolvimento, cujas abordagens vão além do paradigma econômico.

O segundo capítulo – O Turismo como Indutor do Desenvolvimento Regional – objetiva discutir características e circunstâncias históricas que ensejaram o turismo de massa eo surgimento de novas formas de pensar e praticar o turismo, levando em consideração os interesses dos agentes que se entrelaçam nesse processo. Este capítulo também buscarefletir sobre a importância do turismo no desenvolvimento regional e local, especialmente como um elemento importante na qualidade de vida das pessoas nos territórios.

O terceiro capítulo – A Qualidade de Vida no Contexto do Desenvolvimento - tem como objetivo discorrer sobre o contexto que permeou as discussões sobre qualidade de vida na compreensão do desenvolvimento, bem como refletir sobre as diferentes nuances do conceito de qualidade de vida. Direcionando o olhar para a realidade brasileira, este capítulo segue destacando algumas experiências de mensuração no Brasil, mostrando a importância e o desafio de quantificar a qualidade de vida para apreender o desenvolvimento e a realidade social como um todo.

O quarto capítulo - Cabaceiras: A Cidade do Bode, do Cinema, do Turismo e das Belezas Naturais no Cariri Paraibano - busca caracterizar o ambiente de estudo, abordando características históricas, econômicas e culturais da cidade de Cabaceiras, enfatizando o contexto do turismo nesta localidade. Dentro de uma perspectiva da qualidade de vida e do desenvolvimento, a abordagem segue apresentando os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano do Cariri e do município de Cabaceiras.

O quinto capítulo - AsAções dos Agentes para o Desenvolvimento Territorial e Turístico no CaririParaibano – trata de discorrer sobre as ações dos agentes na promoção do desenvolvimento territorial e turístico no Cariri Paraibano, bem como no município de

Cabaceiras, destacando algumas implicações destas ações na realidade social destes espaços, considerando as aspirações e necessidades da população.

Por fim, o sexto capítulo - O turismo e a Qualidade de Vida em Cabaceiras - tem como finalidade interpretar a relação entre a qualidade de vida das pessoas no município de Cabaceiras e o incremento do turismo na cidade. É feita uma análise comparativa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, bem como análise da percepção subjetiva dos agentes sobre qualidade de vida e sua relação com o turismo praticado na cidade.

1. DA ORIGEM ÀS NOVAS ABORDAGENS DO DESENVOLVIMENTO

Diante a diversidade de definições sobre as causas e fatores que influenciam o desenvolvimento das regiões é possível afirmar que não existe um consenso teórico sobre o que seja o desenvolvimento. A falta deste consenso teórico e conceitual sobre o termo está, dentre outras razões, motivada pelo fato de o desenvolvimento ser um problema social que precisa de uma resposta multidisciplinar, ou seja, o desenvolvimento não é um problema econômico, ou político, ou social ou cultural, mas sim uma junção dessas quatro dimensões. Ribeiro (2005) aponta que sempre há crises conceituais se desdobrando internamente ao campo do desenvolvimento e que para seguir além das teorias recicladas, as novas formulações do desenvolvimento precisam ser voltadas para uma visão mais crítica.

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre o contexto histórico do conceito de desenvolvimento e destacar as diferentes concepções teóricas sobre o termo. Há também o interesse em refletir sobre os processos globais e locais que interferem no processo de desenvolvimento, bem como sobre teorias que consideram possibilidades de desenvolvimento que vão além do paradigma economicista.

1.1. Desenvolvimento: origens e concepções teóricas

O conceito de desenvolvimento tem sido comumente associado à ideia de modernidade e avanço rumo à conquista de algo melhor. Para Coriolano (2003), falar de desenvolvimento é quase sempre falar de futuro, de um mundo que se deseja e não do mundo que se vive. Trata-se de “uma forma de percepção que tem modelado a realidade, produzindo mitos, fantasias, paixões e violências” (CORIOLANO, 2003, p. 2). Ao mesmo tempo em que remete a uma ideia positiva, o conceito de desenvolvimento depende do ponto de vista analisado, das diversas disciplinas científicas e das várias teorias possíveis em cada uma dessas disciplinas.

Conforme Ribeiro (2005), o campo do desenvolvimento é constituído por distintos atores que representam diversos segmentos da população, como empresários, poder público, sociedade civil, entre outros, que possuem interesses e papéis distintos. “O desenvolvimento abarca diferentes visões e posições políticas variando do interesse em acumulação de poder econômico e político a uma ênfase em redistribuição e igualdade” (RIBEIRO, 2005, p.111). Pensar o desenvolvimento requer a reflexão sobre uma trama de significados que envolvem escalas de poder, contextos históricos, crenças, valores e aspirações de uma sociedade.

O termo desenvolvimento recebeu destaque principalmente no período pós-guerra, em que valores como a competitividade, individualismo, trabalho e acumulação de capital eram vislumbrados como princípios norteadores da sociedade. A lógica capitalista que predominava nesta época, orientou a maneira de pensar o desenvolvimento. Por meio de seus ideais de lucratividade e progresso, o capitalismo se estabeleceu na revolução industrial como o modelo de desenvolvimento a ser adotado pelos países que desejavam superar a pobreza (FURTADO, 1984).

Após a II Guerra Mundial, os países considerados desenvolvidos experimentam uma fase de crescimento e expansão econômica e tecnológica sem precedentes, apresentando nas décadas de 50 e 60, o crescimento mais rápido da história (ANDERSON, 2008). Os Estados Unidos (EUA) se apresentam como maior potência mundial erguendo a bandeira do desenvolvimento e convocando os países periféricos, tidos como subdesenvolvidos, a seguirem seus passos. Foi nesse período da história que o conceito de desenvolvimento foi associado à ideia de crescimento econômico, tornando os demais aspectos da vida social como a cultura, os estilos de vida e o meio ambiente submisso ao capital.

Uma nova geografia política se formou, dividindo o mundo entre países em vias de desenvolvimento e subdesenvolvidos, em que o padrão a ser alcançado era baseado no paradigma norte-americano. Conforme aponta Esteva (2000), surgiu uma nova percepção do “eu” e do “outro”, em que muitos países:

Daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia: uma imagem que diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada (ESTEVA, 2000, p. 60).

Dessa forma, o paradigma norte-americano de desenvolvimento passou a dominar a forma de pensar das distintas sociedades a respeito de si mesmas, de seus problemas, bem como da maneira de enfrentá-los. Nações inteiras reuniram esforços para reproduzir o modelo padronizado pelo crescimento industrial, na tentativa de alcançar os mesmos resultados obtidos nos EUA.

No Brasil, a ideologia desenvolvimentista se instaurou com o presidente Juscelino Kubitschek na década de 50, em que a industrialização brasileira ganhou impulso, gerando crescimento econômico acelerado. Entretanto, conforme aponta Brasileiro (2012, p. 80), “a situação econômica da maior parte dos cidadãos brasileiros pouco, ou quase nada, beneficiou-

se deste crescimento econômico”. Na década de 60, a desigualdade de renda elevou-se no Brasil, refletindo um aumento na pobreza e consequente carência alimentar, de moradia, saúde e educação (BARROS e MENDONÇA, 1995). O crescimento econômico alcançado não foi capaz, *per si*, de amenizar os problemas sociais de todas as camadas da população brasileira. Segundo o documento elaborado pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS, 2002), o projeto de desenvolvimento brasileiro, pautado no crescimento econômico, não contempla dimensões importantes para tratar as desigualdades:

A experiência do crescimento econômico brasileiro, orientada pela abordagem tradicionalmente conservadora dos ‘desenvolvimentistas’, não contempla elementos cruciais de uma agenda integrada de desenvolvimento. Além de absolutizar a opção pelo crescimento e de não ultrapassar o plano da retórica no tratamento da desigualdade, essa abordagem desconsidera dimensões relevantes do desenvolvimento (IETS, 2002, p. 7-8).

Ao refletir sobre o desenvolvimento no Brasil, Furtado (1984) vai além ao considerar que no quadro de desenvolvimento imitativo “o processo de acumulação foi posto a serviço da modernização desbrida do estilo de vida dos estratos sociais [...] desatendendo-se a satisfação das necessidades mais elementares da população” (FURTADO, 1984, p. 27). Na visão de Furtado, a dinâmica do processo de crescimento econômico do Brasil baseava-se na reprodução de padrões de consumo imitados e que não correspondiam à realidade brasileira. Esse quadro favoreceu a esterilização de parte da poupança, o endividamento externo e aumento das pressões inflacionárias. Desprezavam-se as consequências danosas que a busca por esse desenvolvimento causaria nos planos cultural e ambiental (FURTADO, 1981).

Não apenas o Brasil, mas também outros países da América Latina, vistos como subdesenvolvidos, vivenciaram momentos de crescimento com posterior declínio e até mesmo retrocesso econômico. Este cenário é entendido pelos países centrais como parte do processo de desenvolvimento. Seguindo o modelo hegemônico, os países periféricos chegarão ao atual estágio vivido pelos países centrais, não somente na dimensão econômica e técnico-científica, mas também moral, social e política (BRASILEIRO, 2012). Trata-se de uma perspectiva linear do desenvolvimento e pressupõe que a realidade seja homogênea e previsível. Numa visão crítica, Silva (2011, p. 76) afirma que “como a realidade não é homogênea, fracassam os modelos globais impostos sobre a diversidade de histórias, desafios, potencialidades, saberes, paixões e sonhos locais”. Esta visão é semelhante à de Furtado (1981), o qual afirma que a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos é um mito, frente às realidades que mudam substancialmente.

A tentativa de construir um modelo único de desenvolvimento, aplicável às distintas realidades, torna-se irrealizável, uma vez que cada sociedade possui características peculiares, as quais exigirão decisões e posturas diferentes na busca pelo próprio desenvolvimento. Contudo, o entendimento de que a industrialização, a tecnologia de alta complexidade e a geração de riqueza são sinônimos de desenvolvimento, ainda permanece no senso comum, desviando a atenção de outros fatores importantes tais como a qualidade de vida das pessoas, o atendimento dos anseios coletivos e o papel da educação na construção de uma sociedade crítica. Sem desconsiderar a relevância dos fatores tecnológicos, econômicos, científicos e ambientais, Furtado (1984) defende a necessidade de orientar os esforços em benefício da coletividade:

O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 1984, p. 75).

Assim, quando o crescimento econômico, desvinculado dos interesses coletivos prioriza uma pequena parcela da população, não pode ser considerado desenvolvimento, mas apenas crescimento econômico. Nesse contexto, os objetivos que se pretende alcançar são cruciais e não a lógica dos meios imposta do exterior. Para Furtado, “efetiva-se o desenvolvimento quando a acumulação cria valores que se difundem em importantes segmentos da coletividade” (FURTADO, 1984, p. 107).

A análise do desenvolvimento baseada unicamente em critérios economicistas mostra-se insuficiente, principalmente quando o crescimento econômico é visto como um fim em si mesmo. A geração de riqueza desempenha um papel importante no desenvolvimento, mas nem sempre se traduz em qualidade de vida e benefícios coletivos. Além disso, medir o desenvolvimento apenas em termos de renda per capita ou Produto Interno Bruto (PIB), significa ignorar diversas variáveis importantes, como, por exemplo, aquelas relacionadas ao acesso da população à educação, ao sistema de saúde e a bens culturais.

O conceito de desenvolvimento abre-se então para novas perspectivas, de modo a reconciliar o crescimento econômico com outros aspectos de igual importância na compreensão do termo, como as potencialidades humanas, as liberdades individuais, a qualidade de vida, a cultura e as peculiaridades locais, oferecendo uma visão mais ampla, subjetiva, intangível, sistêmica, cultural, complexa (BOISIER, 2003), dentre outras

características que conferem ao desenvolvimento um caráter multidimensional. Por outro lado, as políticas públicas de desenvolvimento regional acompanham as inovadoras concepções de desenvolvimento, delegando às coletividades a responsabilidade pelas decisões locais. Emergem então novas escalas do desenvolvimento, dentre eles o “desenvolvimento regional”, descentralizado e direcionado para o território.

1.2. Desenvolvimento regional: entre a escala global e local

No decorrer da década de 1970, identificou-se a recessão mundial do modelo fordista de produção¹ e o conseqüente declínio deste regime de acumulação, caracterizado por um processo de produção em massa, centrado em grandes empresas e materializado por um Estado intervencionista² (TAVARES, 2011). Frente à crise do fordismo, a Europa, Estados Unidos e América Latina intensificaram os debates sobre o desenvolvimento, em que foram questionadas as abordagens teóricas que consideravam o Estado Nacional e as grandes empresas como agentes únicos do desenvolvimento econômico, cabendo às esferas locais apenas a gestão de equipamentos, serviços públicos e a regulação de algumas atividades (MORAES, 2003).

A urgência de um novo modelo de desenvolvimento aumentou com a constatação da existência de disparidades de crescimento entre economias centrais e periféricas. O crescimento das empresas e do dinamismo econômico não se irradiava homogeneamente para todas as regiões de um país. Segundo Furtado (1984), um dos principais entraves para o desenvolvimento residia na esfera social. Enquanto o avanço na acumulação de capital nas economias de centro gerava escassez de mão-de-obra e elevação dos salários reais, na periferia engendrava o subemprego, o aumento da pobreza e desigualdade social.

¹ O fordismo foi idealizado pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company. O Fordismo é um modelo de produção em massa que revolucionou a indústria automobilística a partir de 1914. Ford introduziu a primeira linha de montagem automatizada. A proposta era padronizar produtos e fabricá-los em larga escala, reduzindo custos da produção, contrabalançando-os pelo aumento do consumo. Isto elevaria a renda em função do aumento das vendas e dos lucros empresariais. Ford ficou conhecido por criar o mercado de massa para automóveis. Sua obsessão era tornar o automóvel tão barato que todos poderiam comprá-lo. Porém, mesmo diminuindo os custos de produção, o sonho de Ford permaneceu distante da maioria da população. Fonte: PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

² No Brasil, o período compreendido entre os anos 1940 e 1980 caracteriza-se pela prevalência de um modelo de desenvolvimento que recebeu várias denominações: nacional desenvolvimentista, de substituição de importações e estatal-intervencionista, entre outras. A industrialização brasileira, bastante peculiar, é profundamente influenciada por uma nova ordem mundial em que o Estado e o planejamento são colocados como elementos centrais do desenvolvimento econômico. Fonte: IPEA. *Política industrial e ambiente institucional na análise de Arranjos Produtivos Locais*. Brasília, DF, 2005.

As discrepâncias regionais e os resultados insatisfatórios no plano social conduziram à necessidade de entender por que o nível de crescimento variava entre diversas regiões e nações, mesmo elas dispostas das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia. Um caminho a ponderar seria estabelecer quais seriam os fatores determinantes para cada uma das regiões, consideradas no processo de desenvolvimento. Por conseguinte, pesquisas mostraram que a região dotada de fatores produtivos ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado (SOUZA FILHO, 2002). As discussões sobre o desenvolvimento começaram a se direcionar para o campo analítico regional, ao mesmo tempo em que as propostas de desenvolvimento “de baixo para cima”, ganharam maior notoriedade. O desenvolvimento passou a ser compreendido como um processo endógeno, em que o progresso é resultado de um esforço interno ao território e não um produto de forças externas.

Conforme Barquero (2001), o desenvolvimento econômico ocorre quando se utiliza os potenciais e os excedentes gerados localmente; pela atração de recursos externos e pela geração de economias no processo produtivo. Isso acontece mediante a articulação entre empresas locais e entidades públicas, que com a participação da comunidade, conseguem fomentar inovações no sistema produtivo. Esse esforço entre os agentes locais para criar uma nova maneira de se desenvolver é o que Barquero (2001) denomina Desenvolvimento Endógeno. Para este autor, o Desenvolvimento Endógeno é:

[...] um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva à melhoria do nível de vida da população. [...] se trata de um processo no qual o social se integra ao econômico. A distribuição de renda e riqueza e o crescimento econômico são dois processos que não ocorrem paralelamente. Na verdade, só adquirem uma dinâmica comum pelo fato de os atores públicos e privados tomarem decisões de investimento que visam elevar a produtividade e a competitividade das empresas, solucionar os problemas locais e aumentar o bem-estar da sociedade (BARQUERO, 2001, p. 41).

Nesta perspectiva, o território e os agentes recebem destaque no desenvolvimento. O território é concebido como uma fonte de vantagens competitivas e os atores locais sejam eles empresas privadas, instituições públicas e associações da sociedade civil são consideradas agentes do desenvolvimento. A capacidade da sociedade de liderar e conduzir a ação transformadora, a partir da mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e do aproveitamento do seu potencial, traduz a forma de desenvolvimento endógeno. Na visão

deste autor, se os agentes localizados num território forem capazes de mobilizar um conjunto suficiente de interações necessárias ao crescimento econômico e à mudança estrutural, será possível alcançar uma melhoria no nível de bem-estar econômico e social.

Entretanto, as ações dos agentes não acontecem de maneira independente. Estas sofrem influência de fatores externos ao território. Aspectos como a economia, a cultura, e a política externas podem influenciar a dinâmica territorial, mediante o processo de globalização. O processo de globalização se caracteriza pela internacionalização da economia, o que fortalece o comércio internacional e a integração dos mercados financeiros mediante a queda de barreiras protecionistas (DUPAS, 1999). A globalização implica em ajustes no processo produtivo para uma adequação dos países, regiões e localidades ao mercado global. Além da internacionalização da economia, a globalização provoca a internacionalização das decisões, de modo que o poder de decisão dos agentes é afetado pelo fenômeno da globalização, que ora restringe o poder dos Estados na operação das políticas públicas, ora interfere nas intenções de investimento, nas escolhas e estratégias de desenvolvimento regional (DUPAS, 1999). Conforme aponta Barquero (2001):

A globalização é um processo ligado ao território, não só porque afeta nações e países, mas acima de tudo, porque a dinâmica econômica e o ajuste produtivo dependem das decisões investimento e localização dos agentes econômicos e dos fatores de atratividade de cada território. O processo de globalização, portanto, é uma questão que afeta a dinâmica econômica de cidades e regiões, e que, por sua vez, é afetado pelo comportamento dos atores locais (BARQUERO, 2001, p. 2).

De acordo com Araújo (2000), a globalização é um processo que tenta impor um mesmo padrão de competitividade e homogeneização. Baseada na lógica capitalista, a globalização tenta subordinar os espaços nacionais e regionais, ao interesse do capital financeiro global. Para Vieira e Santos (2012), restam alternativas escassas às políticas regionais, sintetizadas em duas: uma passiva, que implica em aceitar a lógica capitalista e a outra, ativa, formada por ações locais de resistência ao capital global, em busca da conquista de certa autonomia em relação à integração econômica mundial. Em outras palavras:

[...] a reprodução social (cultural) e ambiental (natural) de cada região (local), utilizada adequadamente pelos agentes regionais, faz com que o desenvolvimento local consiga inserir-se diferenciada, específica e autonomamente no desenvolvimento global (DALLABRIDA; AGOSTINI, 2009, p.22).

A afirmativa mostra a possibilidade de os agentes regionais adotarem posturas de resistência ao capitalismo global. Sob este ponto de vista, destacam-se os potenciais regionais, a cultura e os modos de vida próprios da região, os quais entram em conflito com a homogeneização global.

Dessa maneira, apesar de ser um movimento unificador, a globalização revaloriza o local à medida que as diferenças regionais se destacam (CASSIOLATO E LASTRES, 2006). Nessa valorização e significação do local no mundo globalizado, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições e, também, um novo papel, uma vez que a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização (SANTOS, 2000). É justamente nessa compreensão que os agentes internos ao território podem mobilizar os recursos e potenciais locais com vistas ao crescimento e à diferenciação do local no contexto global, valorizando a cultura, os modos de vida e o bem-estar da população.

O território deve ser capaz de superar os desafios impostos pela globalização e atender às necessidades da população. Para tanto, é importante que os agentes políticos busquem maneiras de evitar a migração da população, incentivando as pequenas empresas, nas diversas atividades, criando alternativas de emprego, renda e oportunidades para que os indivíduos utilizem suas potencialidades em seu local de origem (BARQUERO, 2001; BOURDIN, 2001; ARAÚJO 2000). Entretanto, quando as localidades não mudam e não oferecem condições para que o indivíduo mude sua vida, este tende a migrar para outra localidade que lhe ofereça melhor qualidade de vida.

Contudo, a satisfação das necessidades materiais e imateriais da população não pode ser baseada apenas na geração de emprego e renda, mas em outras fontes, pois as necessidades materiais são imprescindíveis, porém não suficientes. Para Vieira e Santos (2012, p. 21) “o bem-estar dos indivíduos não depende exclusivamente da posse de bens materiais, mas da acessibilidade aos meios que permitem o pleno desenvolvimento das potencialidades pessoais e também da coletividade”. Assim, o desenvolvimento endógeno não se restringe à geração de crescimento econômico por meio de investimento em empresas, aumento da competitividade, geração de postos de trabalho, dentre outras ações de caráter econômico, mas se caracteriza, também, pela geração de meios de existência e de oportunidades para que os indivíduos mudem de vida. Em outras palavras:

É uma forma de desenvolvimento preocupada com o homem e suas necessidades sociais, antes que com o mercado e suas necessidades de lucro. Há, pois, na ideia de desenvolvimento local, o compromisso moral de focar seus interesses no homem. Ao mesmo tempo em que o nível do local garante

a flexibilização de regras para o mercado melhor atuar, também influencia na formação de novas molduras socioeconômicas, buscando sustentabilidades diversas e construindo uma cidadania mais participativa (ULTRAMARI; DUARTE, 2009, p.03).

Dentro desta perspectiva, o desenvolvimento endógeno se mostra como uma alternativa para o crescimento da região, quando é capaz de aperfeiçoar a economia local a partir da utilização das capacidades locais e trazer benefícios para a comunidade. É uma forma de desenvolvimento que tem potencial para mudar a realidade social dos lugares. Entretanto, o maior desafio consiste em encontrar saídas com realidades de recursos escassos e, ao mesmo tempo, proporcionar qualidade de vida à população, diminuindo a pobreza e a exclusão social, num contexto de forte competitividade em escala global. Nessa conjuntura, torna-se fundamental que haja vontade política para pôr em marcha as ações necessárias, bem como a participação contínua dos distintos agentes na busca de soluções criativas endógenas (FURTADO, 1984).

1.3. Novas possibilidades de Desenvolvimento

A abordagem economicista do desenvolvimento foi alvo de críticas no final do século XX, as quais conduziram à necessidade de incorporar aspectos sociais e ambientais aos temas que integram o desenvolvimento dos países, regiões e localidades. Novos modelos surgiram com o intuito de oferecer alternativas para a promoção da inclusão social, a satisfação humana e o crescimento econômico. A partir destas novas percepções, o crescimento econômico, que antes era visto como a essência do desenvolvimento, torna-se um meio para alcançá-lo.

Em vez de maximizar o crescimento do PIB, as alternativas ao conceito clássico de desenvolvimento se dirigem para as pessoas e para a qualidade de vida. Para isso, os aspectos distributivos e qualitativos são essenciais e não podem ser negligenciados. Sachs (2008) concorda com as proposições do desenvolvimento sustentável como alternativa para o desenvolvimento da sociedade. Para o autor, a sociedade desenvolvida é aquela em que o ser humano manifesta suas potencialidades, talentos e imaginação na busca da felicidade e auto-realização, e isto pode acontecer mediante a realização de empreendimentos individuais e coletivos, numa combinação de trabalho e tempo dedicado a atividades não produtivas, ou seja, ao ócio e ao lazer.

O direito ao trabalho é analisado pelo seu duplo valor, ou seja, intrínseco— valor que o indivíduo dá à realização do trabalho - e instrumental—capacidade de prover a subsistência e

servir de canal para as habilidades e conhecimentos do homem. As atividades produtivas não podem ocorrer de maneira exaustiva, mal remunerada ou em condições insalubres. Além disso, para Sachs (2008), o trabalho decente abre caminhos para o exercício de outros direitos, ou seja, possibilita a inclusão social. Conforme ressalta Brasileiro (2012), o conceito de desenvolvimento includente proposto por Sachs (2008) faz oposição ao paradigma dominante do desenvolvimento, fundamentado no mercado consumidor excludente e concentrador de renda. Assim, para que haja desenvolvimento, é necessário que o crescimento econômico possibilite benefícios sociais e ambientais na sociedade.

O desenvolvimento é analisado também por Sen (2000), que considera que a privação das liberdades humanas é um dos problemas da atualidade. Para o autor, existe uma lacuna entre a perspectiva da concentração de riqueza econômica e a vida que o indivíduo pode levar, sendo esta uma questão fundamental na conceituação do desenvolvimento. No entendimento de Sen (2000), o desejo de se obter mais renda e riqueza acontece “não porque elas sejam desejáveis por si mesmas, mas porque são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar” (SEN, 2000, p. 28). Para o autor, a utilidade da riqueza está nas coisas que ela permite ao indivíduo fazer – as liberdades humanas. Nesta concepção, a qualidade de vida das pessoas não pode ser medida simplesmente em termos de renda e riqueza, mas pelas liberdades que o indivíduo possui para conduzir uma vida em sociedade.

Ao refletir sobre as condições de vida em países centrais e periféricos, Sen (2000) considera que mesmo em países muito ricos, é comum haver pessoas desfavorecidas, privadas de oportunidades de emprego remunerado, acesso a serviços de saúde, educação e segurança, afetando substancialmente o direito ao bem-estar das pessoas. Em sua abordagem, o desenvolvimento é visto como um processo de ampliação da liberdade humana, entendida como a capacidade de os indivíduos fazerem escolhas, o que significa remover as principais fontes de privação da liberdade, como “a pobreza, tirania, negligência dos serviços públicos, carência de oportunidades econômicas ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2000, p. 18).

O desenvolvimento como liberdade é a remoção de privações de escolhas e a conquista de oportunidades sociais e econômicas para que as pessoas possam exercer sua condição de agente, tendo o direito, a capacidade e o privilégio de se deslocar, de participar dos mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência (CÂNDIDO, 2004). Esta forma de pensar o desenvolvimento considera que a riqueza material não significa

necessariamente que o indivíduo tenha uma vida melhor ou com mais oportunidades, sendo primordial analisar também outros aspectos da realidade social. Sendo assim, o desenvolvimento é um compromisso com as possibilidades de liberdade que as pessoas têm para conduzir suas vidas.

Numa linha discursiva semelhante, Max-Neff (2012) defende a teoria do desenvolvimento na escala humana. Para este autor o desenvolvimento de uma sociedade relaciona-se com a forma como satisfaz as necessidades humanas, sendo necessária a criação de indicadores qualitativos do desenvolvimento, de modo que possam auferir a qualidade de vida das pessoas. Max-Neff (2012) classifica as necessidades humanas *essenciais* e *axiológicas*. As *necessidades essenciais* são entendidas como as necessidades de ser, ter, fazer e estar. As *necessidades axiológicas* relacionam-se com as necessidades de subsistência, de proteção, de afeto, de entendimento, de participação, de ócio, de criação, de identidade e de liberdade. Assim, o autor oferece uma tipologia que permite compreender que as necessidades humanas são as mesmas entre as pessoas e que diferem na forma como são satisfeitas em várias culturas e sociedades.

Coriolano (2013) considera que existem necessidades que são construídas, por isso são necessidades induzidas ou alienadas. As necessidades alienadas são típicas de sociedades identificadas pelo modelo hegemônico de desenvolvimento: sede de poder, posse e acúmulo quantitativo. Entre as necessidades existenciais, axiológicas e alienadas existe uma profunda diferença, e o modelo de desenvolvimento induz para as alienadas. Segundo a autora, as formas de satisfazer as necessidades humanas “determinam a qualidade de vida de um lugar e muitas vezes as formas tradicionais são abandonadas sem participação interna do lugar, por imposição de fora” (CORIOLANO, 2013, p. 11). O desenvolvimento pensado na escala humana prioriza a satisfação das necessidades associadas ao modo de vida da população, não necessariamente vinculado ao padrão capitalista de consumo.

A proposta do quadrante das necessidades apontado por Max-Neff (2012), aplicado participativamente, estabelece padrões de qualidade de vida para países e ou comunidades, sendo uma base para repensar as formas de medir o desenvolvimento, a partir de indicadores qualitativos de felicidade humana, cooperação, solidariedade e realização de desejos. Trata-se de uma teoria que destaca que o desenvolvimento precisa proporcionar qualidade de vida, ou seja, atingir a escala humana. Na prática, as políticas precisam ser voltadas para o benefício das comunidades, criando oportunidades de trabalho e renda para a maioria, sem deixar de dar

a proteção social requerida, colocando o homem no centro do processo, promovendo sua realização (CORIOLANO, 2013).

O desenvolvimento também é analisado por Zaoual (2003), que enfatiza os valores culturais a partir da teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento. Este autor faz uma crítica ao modelo único de desenvolvimento, pautado exclusivamente no crescimento econômico. Segundo Zaoual (2003), as concepções estritamente econômicas não levam em consideração a complexidade, a diversidade e as contingências dos contextos dos atores situados nos territórios. Para este autor, “as pessoas sentem necessidade de crer e de se inserir em locais de pertencimento” (2003, p. 21). Existe no ser humano uma necessidade de pertencer a algo, a um espaço em que ele se firme e se realize como pessoa. O sítio é o lugar onde as crenças e práticas se ajustam às circunstâncias locais e contrariam a lógica exclusiva do mercado.

Segundo Zaoual (2003), o conceito de sítio é flexível e pode ser aplicado em múltiplas escalas e organização – bairro, cidade, região, localidade, tribo, etnia, país, cultura, civilização etc., as quais podem se combinar e formar um macrosítio, contendo uma pluralidade de sítios. O sítio integra, assimila e se sobrepõe a toda contribuição vinda de fora. Desde esta perspectiva, este autor propõe o conceito de *homo situs*. Este seria capaz de englobar e enriquecer o tipo-ideal do *homo economicus*. Assim, “o *homo situs* é intérprete da situação, ele o é de modo imediato e ao longo da dinâmica da situação (...) é, logo, um homem comunicando-se com seu meio” (ZAOUAL, 2003, p. 29). A compreensão desse homem leva em consideração a interculturalidade e a interdisciplinaridade, e não apenas o comportamento econômico. A apreensão dos eventos do mundo pela perspectiva do homem situado o diferencia e qualifica a pensar um caminho próprio, se utilizando da criatividade ao criar e recriar soluções para os problemas na busca pelo desenvolvimento (SALES, 2012).

O crescimento e o desempenho econômico estão, cada vez mais, em correlação com o conhecimento e a criatividade. Com a recomposição dinâmica da dotação dos fatores de produção, tornam-se primordiais as condições favoráveis à ancoragem cultural e institucional em territórios propícios à inovação (ZAOUAL, 2003, p.75).

Dar sentido à atuação dos atores da sociedade civil requer afirmar seus vínculos com os espaços vividos. A racionalidade situada se constrói localmente (*in situ*), e o *homo situs* tem numa localidade determinada, a condição de possibilidade para o exercício de sua liberdade e criatividade, e é no espaço vivido que o ser humano torna-se homem vivo, concreto, sendo ele mesmo o agente da mudança no processo de desenvolvimento (LIMA, AYRES E BARTHOLO, 2009; BRASILEIRO, 2012). Essa teoria aprofunda o conceito de

desenvolvimento, no sentido de apontar que a diversidade cultural é um componente do desenvolvimento, em que o homem, que se situa e se adapta ao meio, é um ser criativo e não apenas um reproduzidor de ideias ou modelos pré-existentes.

Desde a perspectiva destes autores, o conceito de desenvolvimento não pode traduzir uma “fórmula” de acumulação de capital ou de planejamento econômico excelente. O conceito de desenvolvimento busca refletir a realidade atual, que se caracteriza pela complexidade de situações possíveis, incluída por atores criativos e com potencial de agir nas mais diversas circunstâncias, porém ávidos por suprir suas necessidades no meio em que vivem. As diversas teorias que fazem contraponto ao modelo clássico de desenvolvimento apontam que o conceito de desenvolvimento se direciona a uma integração entre as dimensões social, econômica, ambiental, cultural e política, em que o objetivo principal consiste em criar possibilidades e meios para que as pessoas supram suas necessidades e tenham qualidade de vida, vivendo a vida que desejam viver.

2. O TURISMO COMO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Um dos principais temas considerados na discussão sobre desenvolvimento regional refere-se à modificação do espaço pelo turismo. Atribui-se ao turismo a possibilidade de dinamizar a economia; valorizar e manter o patrimônio histórico e cultural dos territórios; fomentar ações produtivas e transformar a realidade social e cultural. Por outro lado, o turismo pode aprofundar efeitos indesejados como a exclusão social. O turismo é visto, portanto, como um fenômeno complexo, por vezes contraditório, profundamente imbricado com as relações sociais, econômicas e políticas. Enquanto prática social, o turismo não se restringe à racionalidade econômica, mas abre-se para as diversas dimensões da vida humana.

O capítulo que segue tem por objetivo discutir as características e circunstâncias históricas que ensejaram o turismo de massa e o turismo situado, o surgimento de novas práticas turísticas e a diversidade de interesses dos agentes que se entrelaçam nesse processo. Há também o intuito de se apresentar a importância do turismo no desenvolvimento regional e local, não apenas como gerador de oportunidades no mundo do trabalho, mas como um elemento importante na melhoria da qualidade de vida das pessoas nos territórios.

2.1. Uma breve trajetória do turismo

O turismo é reconhecido como um dos segmentos socioeconômicos mais significativos da sociedade contemporânea. Por sua capacidade de movimentar um grande volume de recursos e de modificar o espaço, o turismo vem adquirindo lugar nas reflexões acadêmicas e mercadológicas, na tentativa de se compreender o contexto e as implicações desta atividade no mundo atual. Conforme Dias (2003), o turismo é um encontro entre culturas, visto que é um fenômeno em que ocorrem negociações simbólicas ou trocas interculturais entre turistas e nativos. O turismo envolve o deslocamento de pessoas e o contato entre elas num ambiente dotado de uma infraestrutura de apoio. Segundo Fuster (1973):

Turismo é de um lado, um conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens (...) é todo equipamento receptivo de hotéis, agência de viagens, transportes, espetáculos, guias (...) é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda (FUSTER, 1973; apud BARRETO, 1997, p.11).

O turismo enquadra-se no setor dos serviços e interliga diversos ramos de atividade para o seu funcionamento. Hotéis, restaurantes, agências de viagens, comunicações, ambientes para lazer, equipamentos turísticos, transportes sustentam a mobilidade da mão de obra e dinamizam a economia, ou seja, indiretamente, o turismo serve também de estratégia à reprodução do capital (CORIOLANO, 2013). Considerado um segmento em expansão no mercado mundial, o turismo é visto como uma fonte de divisas e empregos capaz de estimular a competitividade entre os países e regiões.

O processo de expansão do turismo se intensificou principalmente no período pós Segunda Guerra Mundial, quando surgiram dentre outros, o aumento do poder aquisitivo da população em países ocidentais e modernização nos setores de comunicação e transportes. Tais fatores geraram facilidades para o desenvolvimento do turismo com alta escala de massificação (REJOWSKI, 2002; TRIGO, 2003). Concebido como uma prática de sucesso pelos países centrais, o turismo de massa se consolidou entre os anos 1950 e 1970, caracterizando-se por oferecer serviços e produtos homogeneizados para uma demanda turística motivada basicamente pela oferta de sol e praia, a preços muito baixos (BRASILEIRO, 2012).

A oferta de turismo de massa vincula seus produtos e serviços a empresas, multinacionais e operadoras de turismo. Enquadram-se neste modelo cadeias de hotéis, restaurantes e transportes que, articuladamente movimentam considerado volume de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura. O reconhecimento deste potencial econômico levou diversos países periféricos a apostarem no turismo de massa como um vetor do desenvolvimento econômico. Todavia, segundo Ouriques (2005), apesar de os países e regiões periféricas terem experimentado “ilhas de prosperidade” provenientes do turismo, estas ilhas distribuía de forma desigual os benefícios obtidos pela atividade turística. Segundo o autor:

Para os trabalhadores, significou apenas a diminuição e/ou substituição de atividades econômicas tradicionais por outras, direta ou indiretamente turísticas, como guias, garçons, cozinheiros, faxineiros, etc. Ao mesmo tempo, as condições estruturais de vida pouco se modificaram, isto é, de modo geral os residentes não se beneficiaram e não se beneficiam do ‘progresso’ que o turismo promete (OURIQUES, 2005, p.96).

Nesta perspectiva, este autor aponta que em regiões periféricas, a introdução da atividade turística de massa tem um efeito de desestruturação da economia local, a partir da

diminuição ou desaparecimento das atividades econômicas tradicionais. Com o surgimento da rede hoteleira e de outras atividades do comércio ligadas ao turismo, parte dos excluídos no processo anterior consegue ocupação. No entanto, o crescimento econômico gerado não tem sido capaz de beneficiar a toda a população. De maneira geral esse crescimento econômico ocorre de forma concentrada e desigual (OURIQUES, 2005; CORIOLANO E SAMPAIO, 2012).

Além disso, o turismo de massa não tem sido acompanhado, apenas, por efeitos positivos nas condições socioculturais e ambientais das comunidades receptoras (DELAMARO, BARTHOLO E BURSZTYN, 2009). Na busca pela rentabilidade máxima, os destinos turísticos travam uma grande concorrência entre si, transformando as paisagens e a cultura do lugar em produto turístico, atraindo um grande número de consumidores de pacotes turísticos. Segundo Brasileiro (2012, p. 89). “na maioria dos casos, os recursos naturais não são respeitados, principalmente quando os destinos do turismo estão nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos” Assim, o turismo massificado se apropria do espaço sem maiores preocupações com as implicações ambientais e culturais do lugar, oferecendo um produto uniformizado e forjado para atender a um turista consumidor de cenas, emoções e prazeres projetados pelo *marketing*(URRY, 2002).

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, as reflexões sobre o desenvolvimento e meio ambiente impulsionaram críticas ao turismo de massa, associando-o a diversos valores negativos, tais como poluição, exploração de culturas e uniformização de produtos, dentre outros efeitos, que apontavam a saturação desse modelo de turismo e, conseqüentemente o declínio da demanda e dos investimentos privados no setor (SANTANA, 2009; ZAOUAL, 2009). Segundo Zaoual(2009, p. 57)“a demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável. Ela tende a se focar cada vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente”. Assim, a demanda turística tornou-se mais consciente cultural e ecologicamente buscando no turismo experiências diferentes daquelas proporcionadas pelo turismo de sol e praia.

Tal cenário contribuiu para novas formas de pensar e fazer turismo. No campo científico, os estudos têm se direcionado para abordagens críticas do turismo enquanto modo de produção capitalista, considerando-o como uma prática social resultante da divisão do trabalho, da articulação dos meios de produção, das condições políticas e econômicas. Em linhas gerais, o debate incide sobre os efeitos que o turismo provoca na qualidade do produto (KRIPPENDORF, 2003). Contudo, apesar de o turismo ser um dos elementos fundamentais

no modelo de acumulação capitalista contemporâneo, os estudos sobre o tema conduzem ao reconhecimento de que, mesmo diante da hegemonia de agentes de mercado e do Estado, o turismo não se restringe às ações hegemônicas, realizadas por agentes hegemônicos. Como ressalta Cruz (2006):

O turismo se dá na escala e na efervescência da vida nos lugares e mesmo nos lugares cuja vida está profundamente imbricada à atividade do turismo, sua existência sempre vai além das lógicas impostas pela atividade. Contra-movimentos, contra-racionalidades, horizontalidades construídas por um dado grupo dão o tom da maior ou menor resistência dos lugares aos vetores alienados e alienígenas trazidos pelo turismo (CRUZ, 2006, p.338).

Os estudos do turismo, assim considerados procuram se basear em uma linha humanística que valoriza as experiências do ‘homem situado’ (ZAOUAL, 2009) no seu meioambiente e a experiência dos turistas nos lugares visitados. De modo especial, buscam desenvolver a ideado sentido de pertencimento ao sítio por parte dos residentes e da busca pelo contato com a diversidade cultural por parte dos turistas (ZAOUAL, 2009). Assim, novas abordagens ao turismo submergiram, desde uma perspectiva mais ampla do que uma atividade econômica, considerando o turismo como um fenômeno social, econômico, espacial (CRUZ, 2006), cultural (ZAOUAL, 2009), sistêmico (SANTANA, 2009) e, portanto, complexo (MEDINA, 2012).

2.2. A diversidade turística

Diante da crescente preocupação com questões como a degradação ambiental e o resgatada diversidade cultural que se formou no início da década de 1990, o mundo corporativo encontrou possibilidades de explorar novos segmentos de mercado e de criar produtos e serviços voltados para atender às necessidades de uma demanda cada vez mais consciente ecológica e socialmente. O turismo, expressão de um mercado globalizado, acompanhou estas tendências elaborando novos produtos turísticos apoiados em argumentos socialmente aceitos para justificar a exploração turística de áreas e populações que, até o momento, estavam fora da atividade (SANTANA, 2009). Estas novas modalidades turísticas, que tem recebido o rótulo de ‘turismo alternativo’ ao turismo de massa, se estruturam em torno do uso de atrativos turísticos diferenciados e orientados aos turistas-consumidores específicos (BERTONCELLO, 2010). Para Zaoual (2009) estes turistas têm buscado lugares que combinam a autenticidade, o contato com a natureza e com outras culturas.

Vítima do seu próprio sucesso, o mega turismo parece, assim, responder à teoria do ciclo de vida dos produtos. Após a fase de iniciação e a do seu progresso (anos 1960-1970), os sítios, que constituem o objeto de um turismo de massa, perdem progressivamente seu atrativo. A oferta turística encontra-se na incapacidade de manter seu ritmo normal e se vê, assim, na obrigação de inovar para atender às novas necessidades (ZAOUAL, 2009, p. 57).

Sem propor que o turismo massificado tenha desaparecido, o autor aponta que a exploração sem limites dos recursos naturais nos locais destinados ao turismo de massa, tem levado esse tipo de turismo a um esgotamento e conseqüentemente ao deslocamento da demanda para outras experiências turísticas. Neste contexto, à tradicional demanda de turismo de massa se contrapõe uma nova demanda turística, que Zaoual (2009) denomina ‘Turismo Situado’. Este tipo de turismo procura outra forma de relação com o meio ambiente e a cultura do espaço visitado, assim como com outros modos de vida diferentes dos seus, conforme podemos ver na Figura 1.



Figura 1: Representação do pensamento de Zaoual, 2009. Fonte: Baseado em Zaoual (2009).

Na visão de Zaoual (2009), existe no homem uma necessidade de pertencimento que o conduz a buscar estabelecer relações de proximidade com os lugares visitados. Desde esta perspectiva, a demanda turística possui aspirações que fogem ao reducionismo econômico. Ao conhecer os costumes, a culinária, as artes, a história de outras localidades, os turistas buscam não apenas descobrir mundos novos, mas também se identificar com eles. Conforme este autor:

Em um mundo atormentado pela perda de referências, a necessidade de pertencimento, bem como de um intercâmbio intercultural, exprimem o desejo de

uma procura de sentidos por parte dos atores. Esta constatação está bem presente atrás das mudanças que se operam na superfície da área do turismo. Os turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos (ZAOUAL, 2009, p. 58).

Para atender às expectativas deste tipo de demanda, surgiram novos produtos turísticos como, por exemplo, o turismo rural e o ecoturismo (SANTANA, 2009). Estas novas práticas de turismo diferem do turismo de massa, pois contrariam o caráter maciço, oferecendo ‘cultura’ e ‘tradição’ em tratamento personalizado, muitas vezes caseiro, artesanal, hospitaleiro, através de símbolos que apelam para o bucolismo e a nostalgia daqueles que as praticam.

Comparativamente, estes tipos de turismo se assemelham tanto em seus objetivos quanto em suas intenções. Segundo Santana (2009), todos são, ao menos em sua configuração, ‘turismos brandos’ que procuram respeitar o meio ambiente, a cultura local e as populações. Outra característica destas novas formas de fazer turismo é que procuram espaços com baixa ocupação com relação ao número de visitantes e às infraestruturas implementadas para sua atenção. Nas pequenas localidades com baixo nível de desenvolvimento este tipo de turismo é considerado como uma oportunidade de geração de renda, aliada a aspectos que a sociedade considera como positivos, tais como preservação ambiental e cultural.

Por outro lado, Bertoncello (2010) considera que estas tendências socioculturais para o turismo alternativo são incentivadas por interesses econômicos vinculados com a prestação de serviços turísticos. Sendo assim:

A busca da especificidade e diferenciação conduz à valorização de objetos e atributos como atrações turísticas e a conseqüente proliferação de destinos turísticos. A multiplicação de atrativos e destinos turísticos se relaciona com a multiplicação de produtos e agentes que, em posse de obter benefícios econômicos, participam ativamente na consolidação destas tendências (BERTONCELLO, 2010, p. 34).

Logo, a busca pelo conhecimento de elementos culturais como a música, as artes, ou mais amplamente os modos localizados de vida e as memórias coletivas, são percebidos como oportunidades de obtenção de ganhos econômicos por parte dos planejadores do turismo. Harvey (2006) afirma que objetos, monumentos, lugares e experiências podem possuir singularidades tais, que as transformem em algum gênero de mercadoria, sendo possível a sua negociação por meio das práticas de *marketing* da indústria do turismo. Esta compreensão leva os planejadores do turismo a construir um ‘produto turístico’ para competir no mercado.

O poder público também tem sido considerado um incentivador importante na consolidação das novas tendências do turismo. Na expectativa de que o turismo seja um propulsor do desenvolvimento regional, o poder público atua na criação de políticas de fomento turístico nos territórios. Para Bertoncello(2010):

Também o poder público, em suas múltiplas instâncias e níveis de atuação, participa neste incentivo, pois utilizando os clássicos slogans acerca do turismo como ‘impulsor do desenvolvimento’, intervém no fomento de um turismo que parece de ser factível de ser desenvolvido em qualquer lugar de destino, e ser a via, se não para alcançar o desenvolvimento, ao menos para superar as situações de crises socioeconômicas instaladas em muitos deles (BERTONCELLO, 2010, p. 34).

No início dos anos 1990, o planejamento governamental do turismo se direcionou para a escala regional, definindo o território como estratégico na organização do turismo. O valor estratégico reside principalmente na qualidade e originalidade da oferta turística regional, presentes na cultura, na tradição, nos costumes e belezas naturais que se transformam em atrativos turísticos. Visualizando o potencial turístico de muitas regiões, o poder público tem atuado através de planos e programas cujas ações voltam-se comumente para investimentos em infraestrutura básica, modernização de rodovias e parques aeroportuários, concessão de incentivos fiscais, dentre outras que objetivam induzir o desenvolvimento turístico nos territórios (CRUZ, 2006).

A força da atividade turística e as mudanças na demanda expressas no mercado constituem uma fonte de oportunidade para as iniciativas regionais. Os atributos de originalidade e autenticidade que o turismo combina, representam fatores de diferenciação no mercado, sendo, portanto, um nicho promissor no futuro. Essa condição confere ao turismo a capacidade de penetrar nos mercados regionais e dinamizar a economia, através de pequenos negócios, sendo um possível fator de desenvolvimento regional e inclusão social.

2.3. O turismo no desenvolvimento regional

O padrão atual de acumulação capitalista tem sido alimentado pela força de suas contradições. Segundo Dupas (2001), uma destas contradições é a dialética de exclusão *versus* inclusão. Ao mesmo tempo em que seleciona, reduz, qualifica e, portanto, exclui postos formais do mercado de trabalho, estimula a flexibilização e inclui trabalhadores com salários baixos e contratos flexíveis, quando não informais. O turismo como atividade econômica

praticada no padrão capitalista de produção, tem reproduzido esta lógica de contradições. Para Ouriques (2008, p. 5), apesar de o turismo possibilitar o surgimento de redes hoteleiras, de restaurantes e de atividades comerciais nas regiões, em toda periferia do capitalismo “as atividades do turismo remuneram muito mal” e são marcadas pela informalidade, sazonalidade e precariedade do trabalho.

Além disso, Ouriques (2008) aponta que o modelo de desenvolvimento turístico adotado nas periferias do capitalismo se caracteriza pela concentração do fluxo turístico e das riquezas do setor nas economias centrais, sendo que as principais empresas ligadas ao setor estão sediadas nessas economias. Em outras palavras, os benefícios da atividade turística não contemplam a maioria da população.

Quando é analisado o que acontece em vários locais do planeta, onde as canalizações de água e esgoto que servem a hotéis luxuosos passam por bairros pobres sem ser a elas ligadas; onde a eletricidade que ilumina e aquece o banho dos turistas não chega até as comunidades locais; onde o asfalto que passa pelos roteiros turísticos contrasta com as ruelas esburacadas e enlameadas dos bairros pobres, muitas vezes a poucos metros da modernidade automobilística, pode-se concluir que a especificidade do desenvolvimento pelo turismo, para a imensa maioria dos habitantes do mundo periférico, não passa de uma ilusão (OURIQUES, 2008, p. 12-13).

O reconhecimento deste quadro, as discussões mundiais sobre a pobreza, bem como o entendimento de que o turismo trata-se de uma importante fonte de crescimento econômico, conduziram instituições, como Organização Mundial do Turismo (OMT) o Ministério do Turismo (MTur), a lançarem propostas alternativas de desenvolvimento turístico. Em 2001, a OMT lançou uma nova diretriz ao turismo mundial: a competitividade do turismo e a luta contra a pobreza em todas as dimensões, trazendo a discussão das possibilidades do turismo gerar inclusão social e a sua capacidade de contribuir para redução da pobreza. No período de 2003-2007 o Ministério do Turismo (MTur) formulou o Plano Nacional do Turismo (PNT), com a perspectiva de expandir e fortalecer o mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo, objetivando transformar a atividade em um mecanismo de melhoria do Brasil e um importante indutor da inclusão social e melhoria das condições de vida da população basicamente pela geração de emprego e renda (BRASIL, 2003). Nestes termos, segundo a OMT:

O turismo tem função importante na luta contra a pobreza. Existem meios para dar ao turismo, mais capacidade de contribuição ao desenvolvimento dos países. As Nações Unidas possuem organismos especializados que se ocupam de questões: econômicas, sociais e políticas que podem ajudar os

governos a estabelecerem estratégias que garantam o máximo de benefícios do turismo ao mesmo tempo em que evitem as consequências prejudiciais para a sociedade, para a economia e o meio ambiente (OMT, 2010, p. 6).

O reconhecimento da OMT e do MTurde que o turismo tem uma função social na luta contra a pobreza representa um avanço no contexto das políticas públicas do turismo. Na atualidade, a OMT considera que o turismo é uma atividade que possui forte intensidade de absorção de mão-de-obra, que proporciona abertura para pequenas empresas e iniciativas locais, com capacidade para criar empregos para mulheres e jovens em zonas rurais afastadas (OMT, 2010). Para Coriolano e Sampaio (2012), esta perspectiva leva a crer que a atividade turística contribui para modificar a realidade social de muitos lugares através da inclusão pelo trabalho. Ganha espaço o turismo em pequenas localidades, organizado pela comunidade local, em contraponto ao turismo convencional, realizado de cima para baixo.

Todavia, é preciso ponderar que o turismo não deve competir nem, menos ainda, suplantar as atividades tradicionais que têm garantido a sobrevivência dos povos nos territórios (MALDONADO, 2009). Krippendorf (2003) aponta o caminho da diversificação econômica, para preservar os empregos não turísticos que ainda existem nas regiões em que o turismo se desenvolve. Assim:

Caberia promover uma grande diversificação econômica nas regiões turísticas que confira ao desenvolvimento da agricultura, da silvicultura, das artes e dos ofícios, do artesanato, da pequena indústria e dos serviços não turísticos uma importância pelo menos equivalente ao turismo (KRIPPENDORF, 2003, p. 146).

A afirmativa coloca o turismo e os demais setores da economia como a agricultura, o artesanato ou a indústria no mesmo patamar de condições de melhorar o padrão de vidas das pessoas do lugar. Nesse sentido, a articulação entre diversas atividades econômicas locais em torno do turismo parece ser uma prática incluyente. De acordo com Araújo (2000), se o turismo puder se associar com outras atividades como o artesanato e a produção cultural regional, outro modelo de desenvolvimento pode ser viável, ou seja, “um modelo que distribua melhor a renda e a riqueza, criando mais oportunidades” (ARAÚJO, p. 258). Estas ponderações trazem a compreensão do turismo como uma das estratégias de desenvolvimento regional, e não uma panaceia universal, uma tábua de salvação capaz de resolver todos os problemas do território, mas “apenas uma pequena parte do complexo de relações que é a vida em sociedade” (CRUZ, 2006, p. 343).

Cruz (2006) prossegue apontando que para tornar o turismo um instrumento do desenvolvimento regional é importante relacioná-lo com outras atividades e com os demais aspectos da vida em sociedade, observando o território, sua gente, suas demandas e sua história, buscando um equilíbrio entre os diferentes interesses dos agentes envolvidos no desenvolvimento do turismo. Dito de outra forma, o turismo como ferramenta de desenvolvimento é uma prática que se articula, que agrega e soma no mercado, que se contextualiza no território e com as necessidades da população envolvida.

Relacionar o turismo com a luta contra a pobreza e inclusão social dentro de um contexto de capitalismo parece ser algo contraditório. Porém, “se tratados como pensamento complexo abrem-se caminhos para uma ação dinâmica entre as oposições” (CORIOLANO, 2013, p.14). Cruz (2006) discute as reais possibilidades de o turismo para diminuir a pobreza, considerando uma distinção entre distribuição espacial e estrutural da riqueza. Segundo a autora, no que tange à sua dimensão espacial, o turismo pode, teoricamente, acontecer em qualquer lugar do planeta, e isto lhe confere uma competência de distribuir espacialmente a riqueza. Entretanto, Cruz (2006) assinala que distribuição espacial da riqueza não é o mesmo que distribuição estrutural da riqueza. Seria necessário efetuar um planejamento do turismo a partir de uma análise do contexto histórico e espacial das comunidades, para se construir um referencial que permita avaliar as possibilidades do turismo contribuir na diminuição da pobreza.

Frente a estas considerações, o turismo revela-se como um fenômeno complexo com implicações sociais diversas. Ao modificar o espaço através da geração de infraestrutura, de atividades comerciais e de lazer, é possível dizer que o turismo modifica também a vida em sociedade. O trabalho, a renda, a infraestrutura (estradas, saneamento básico, transportes, etc.) vinculados ao turismo carregam o significado de bem-estar, inclusão social, satisfação, ou o contrário, dependendo de como acontecem no território. O desafio consiste em planejar o turismo para que os benefícios do setor sejam alcançados e percebidos pela sociedade.

As transformações ocorridas no mercado turístico desde a década de 1990 possibilitaram o deslocamento do turismo para os mercados regionais, adentrando áreas e comunidades outrora inexploradas pela atividade. Planejar o turismo para o desenvolvimento regional requer dentre outros aspectos, buscar alternativas inovadoras para a superação das restrições históricas de regiões, que em muitos casos convivem de forma simultânea com a pobreza e com suas muitas potencialidades naturais, culturais, sociais e econômicas. Consiste,

portanto em criar condições para que regiões mudem sua realidade social e ofereçam qualidade de vida para seus habitantes.

3. A QUALIDADE DE VIDA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO

As discussões sobre qualidade de vida ganharam notoriedade num marco de rápidos e contínuos câmbios sociais quando se evidenciaram impactos de caráter ambiental e social decorrentes do modelo de produção capitalista (poluição, desigualdade social, pobreza, desemprego), juntamente com outros de natureza psicossocial (a impessoalidade dos modelos produtivos, a homogeneização dos hábitos e da cultura) os quais produziram novas problemáticas de difícil resolução sob pressupostos da economia ortodoxa. Esta multiplicidade de fatores veio mostrar com maior clareza a crise do modelo produtivo e estimulou uma ampla reflexão sobre o modelo de desenvolvimento que seria desejável para o futuro.

Conforme Gómez (2000), a imprevisibilidade do futuro induz ao exercício da subjetividade, revestindo-se de conceitos como o de qualidade de vida para compreender os problemas sociais. Assim, este capítulo tem como objetivo discorrer sobre o contexto que permeou as discussões sobre qualidade de vida no processo de desenvolvimento, bem como refletir sobre as diferentes nuances do conceito de qualidade de vida, destacando algumas experiências de mensuração no Brasil.

3.1. A qualidade de vida no desenvolvimento

Até meados da década de 1950, os estudos sobre desenvolvimento baseavam-se em aspectos estritamente econômicos. Nesse período, o bem-estar da sociedade era visto apenas pelos recursos ou pela renda gerada, medido em termos monetários. Indicadores como PIB e renda *per capita* eram os instrumentos mais adequados para realizar esta mensuração, de modo que os resultados obtidos classificavam as nações como desenvolvidas ou subdesenvolvidas (VITTE *et.al.*, 2002). Entretanto, com o avanço do capitalismo ficou evidente o desnível de renda entre países ricos e pobres e dentro das próprias sociedades industrializadas. Além disso, a consciência emergente do agravamento da poluição ambiental e da pobreza no mundo conduziu ao questionamento da discussão do crescimento econômico enquanto desenvolvimento.

Este quadro despertou o interesse de estudiosos, principalmente no campo das ciências sociais e econômicas, quanto ao tipo de vida que as pessoas levam. Estudos sobre ‘os níveis de vida’ e seus elementos constituintes e as necessidades básicas começaram a

serdesenvolvidos a partir da década de 1990. Autores como Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn³ (1993), Sen e Nussbaum⁴ (1998) realizaram estudos sobre a importância do atendimento às necessidades humanas e das liberdades humanas no processo de desenvolvimento. Com a premissa de que o desenvolvimento deve ser voltado para pessoas e não para objetos, estas pesquisas contribuíram para introduzir aspectos da vida social, econômica e ambiental aos debates sobre o bem-estar da sociedade e o desenvolvimento.

Surgiu, nesse ínterim, um esforço por construir indicadores que pudessem quantificar de maneira mais abrangente o desenvolvimento dos países, ao considerar outros critérios além do econômico em sua avaliação. Sob a liderança pioneira do economista paquistanês MahbubulHaq, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou o Índice de Desenvolvimento Humano⁵ (IDH), que tem como objetivo fazer um contraponto ao Produto Interno Bruto *Per Capita* (PIB *per capita*), mensurando o desenvolvimento e a qualidade de vida dos países (VITTE *et. al.*, 2002; SEN, 1999). Desde então, o PNUD publica informes sobre a qualidade de vida e o desenvolvimento ponderando as dimensões de longevidade, renda e educação. Frente a este cenário, o debate sobre o desenvolvimento introduz o conceito de qualidade de vida como forma de superar a visão economicista e inserir outras dimensões (BRASILEIRO, 2012). Para Mateo Rodriguez (1997):

O desenvolvimento pode ser concebido basicamente como um processo de mudança estrutural, global e contínua de liberação individual e social que tem como objetivo satisfazer as necessidades humanas, iniciando pelas básicas, e aumentar a qualidade de vida das gerações presentes e futuras (MATEO RODRIGUEZ, 1997, p. 51).

³ Ver MAX-NEEF, Manfred A.; ELIZALDE, Antonio.; HOPENHAYN, Martín. *Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones*. Barcelona, Nonden y Icaria: 1993. O livro traz o enfoque do desenvolvimento como satisfação das necessidades humanas fundamentais.

⁴ Ver SEN, Armatya; NUSSBAUM, Martha Craven. *La calidad de vida*. México, Fondo de Cultura Económica, 1996. O livro constitui um conjunto de ensaios de caráter multidisciplinar sobre diferentes visões sobre o conceito de qualidade de vida com o objetivo de repensar o conceito de desenvolvimento, desenhar novos métodos de análise e elaborar enfoques alternativos.

⁵ O Índice de Desenvolvimento Humano é obtido através do PIB *per capita*, depois de corrigido pelo poder de compra da moeda de cada país e por outros dois componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB *per capita*, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões tem a mesma importância no índice que varia de zero (inexistência de desenvolvimento) a um (totalmente desenvolvido). Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/rdh_brasil_2009_2010.pdf Acesso em 18 de outubro de 2014.

No entendimento de Celso Furtado (1999), torna-se essencial que haja uma mudança no curso da civilização, deslocando o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação, para uma lógica dos fins em função do bem-estar social. Para Furtado (1999, p. 64) “O principal objetivo da ação social deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo das minorias abastadas para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população”. Trata-se de uma perspectiva humana, em que o foco da ação social seria buscar a qualidade de vida da população, utilizando o crescimento econômico como um dos meios para o alcance deste objetivo.

Com base nestas afirmações, o objetivo precípua de todo esforço de desenvolvimento de uma sociedade deve ser a satisfação das necessidades humanas, de modo que no decurso do tempo haja uma melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por esta via se desenha a relação entre desenvolvimento e qualidade de vida: quando o crescimento econômico se traduz em benefícios sociais para a coletividade. Em outras palavras, uma sociedade desenvolvida é aquela que proporciona qualidade de vida para sua população de maneira contínua e responsável com as gerações futuras.

3.2. O conceito de Qualidade de Vida

O conceito de qualidade de vida remete à ideia de uma meta a ser alcançada, não apenas individualmente, mas para o conjunto da sociedade, chegando a converter-se em elemento fundamental dos projetos de vida de indivíduos de uma época (RAMIREZ *et. al.*, 1999). A qualidade de vida tem sido objeto de estudo de diversas áreas de conhecimento como medicina, geografia, psicologia, economia, sociologia, antropologia, entre outras, que trazem definições sobre a temática consoante às necessidades associadas a cada área de pesquisa. Além disso, segundo Minayo *et. al.* (2000), o significado desse conceito varia de uma cultura para outra, de um indivíduo para outro e evolui com o tempo. Setién (1993) considera qualidade de vida como:

O grau em que uma sociedade possibilita a satisfação das necessidades (materiais e não materiais) dos membros que a compõem, capacidade que se manifesta através das condições objetivas em que se desenvolve a vida social e no sentimento subjetivo de satisfação de seus desejos, socialmente influenciados e de sua existência possuídos pelos membros de uma sociedade (SETIÉN, 1993, p. 138).

Esta definição entende a qualidade de vida como uma conquista de toda a sociedade e não como algo possuído por indivíduos particulares. Engloba de forma interligada e complexa, tanto aspectos de caráter material (associados ao crescimento econômico e à satisfação das necessidades básicas dos indivíduos) como imaterial (relacionados com a participação cívica, com valores estéticos, culturais, com sentimentos de pertencimento e identidade, entre outros). Por outro lado, esta definição integra ainda aspectos de natureza objetiva (relacionados com o que existe e com aquilo a que se tem efetivamente acesso) e subjetiva (associados à satisfação com as condições de vida, às oportunidades de realização pessoal, à felicidade, etc.) (MARQUES E FIGUEIREDO, 2008).

Semelhantemente, Cantero *et. al.* (2003, p. 11) conceituam a qualidade de vida como “uma interação entre uma diversidade de elementos, materiais e não materiais, objetivos e subjetivos e as inter-relações entre eles”. Interação esta que se expressa com maior ou menor grau de satisfação dos indivíduos (GOMÉZ, 2000). De outro lado, Ramirez *et. al.* (1999, p. 11) relacionam o conceito com o nível de vida das pessoas. Para estes autores, a qualidade de vida “caracteriza-se pela posse de um determinado grau de nível de vida e pela satisfação de quem o desfruta”. Frente ao exposto, é possível perceber que os mesmos coadunam com o pensamento de que a qualidade de vida relaciona-se com o usufruto de condições de vida e com o sentimento de satisfação das pessoas que delas desfrutam.

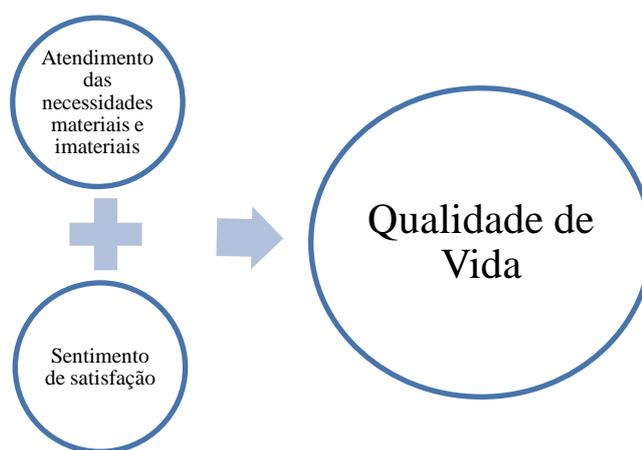


Figura 2: Conceito de Qualidade de Vida. Fonte: Baseado em Setién (1993).

Além disso, Marques e Figueiredo (2008, p. 4) assinalam que a qualidade de vida “associa-se estreitamente aos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos em que os indivíduos se integram sendo, por isso, o seu conteúdo variável de acordo com o tempo e o espaço”. Em outras palavras, o que uma sociedade concebe como qualidade de vida pode ser

diferente do que outra sociedade considera como tal. A qualidade de vida é, pois, um conceito complexo, multidimensional e abrangente que pressupõe uma síntese de todos os elementos que determinada sociedade estabelece como seu padrão de bem-estar, sendo, portanto, um construto social com a marca da relatividade cultural (MINAYO, 2000). Na prática, a abrangência deste conceito pode dificultar sua operacionalização, ao mesmo tempo em que se salienta a importância de se encontrar indicadores e métodos de mensuração que permitam avaliar a qualidade de vida a várias escalas, bem como a percepção subjetiva da mesma.

3.3. Dimensões e métodos de mensuração da qualidade de vida

A busca de uma base conceitual para a obtenção de medidas da qualidade de vida é uma questão polêmica para os estudiosos do tema, principalmente pelo fato de o conceito de qualidade de vida ser subjetivo e não unívoco. A dificuldade de mensuração do conceito de qualidade de vida se deve tanto à diversidade de concepções teóricas sobre as múltiplas dimensões que integram o conceito, quanto à indisponibilidade de dados para sua avaliação (FIORE *et. al.*, 2007). Além disso, as tentativas de mensuração são permeadas por juízos de valor, “ao que toda concepção de qualidade de vida dependerá de sobre quem recaia a responsabilidade de emitir este valor” (RAMIREZ *et. al.*, 1999, p. 10). Assim, os métodos de mensuração podem variar, sendo necessário o estabelecimento de critérios para definir quais os aspectos a serem considerados como indicadores de qualidade de vida (RAMIREZ *et. al.*, 1999).

A maioria dos autores que tratam da temática qualidade de vida assinala que a mensuração é proposta basicamente de duas formas: as que visam mensurar o atendimento das necessidades básicas (dimensões objetivas) e os que mensuram a percepção da população quanto à sua qualidade de vida (dimensões subjetivas) (GOMÉZ, 2000; RAMIREZ *et. al.*, 1999; SETIÉN, 1993; HERCULANO, 2000; MARQUES E FIGUEIREDO, 2008). A primeira forma de mensuração conta com dados quantitativos e permite uma comparabilidade entre a população estudada e outras. A segunda forma de mensuração baseia-se em dados subjetivos, como o sentimento de felicidade e satisfação dos indivíduos com a qualidade de vida que possuem. Esta última, por ser fundamentada em questionamentos subjetivos, traz resultados que podem variar em razão das diferenças individuais, sociais e culturais (HERCULANO, 2000).

Dentre os esforços de mensuração da qualidade de vida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dos mais conhecidos em nível internacional. Desde a sua formulação no início dos anos 1990, observa-se o fomento de iniciativas semelhantes, que buscam avaliar a qualidade de vida em recortes espaciais distintos: regiões, estados e cidades, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano para Municípios (IDHM) no Brasil, calculado pela Fundação João Pinheiro, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Para aferir o nível de desenvolvimento humano dos municípios, as dimensões são as mesmas do IDH Global (saúde, educação e renda). O IDHM também varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo).

No Brasil, destacam-se as experiências de mensuração em grandes cidades brasileiras através de índices desenvolvidos ao longo da década de 1990 em Curitiba (Paraná), São Paulo (São Paulo) e Belo Horizonte (Minas Gerais). Em Curitiba se desenvolve, desde 1987, o Índice Sintético de Qualidade de Vida (ISSQV) formulado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPUC, 1996). De acordo com Nahas (2001), O ISSQV é composto por indicadores georreferenciados nos bairros da cidade e visa expressar o acesso da população a determinados ‘grupos de necessidades’ sociais: Habitação, Saúde, Educação e Transporte. Através do estabelecimento de limiares mínimos e máximos, encontra-se a posição do valor empírico em relação a uma situação ótima. Os limiares são determinados a partir da média dos piores e melhores valores empíricos encontrados nos bairros da cidade. Os limiares podem ser construídos também a partir de parâmetros externos à cidade, onde se busca obter uma visão da realidade local em relação às questões globais. O cálculo do índice estabeleceu uma hierarquia entre os bairros, de acordo com os valores obtidos em cada nível de agregação para o ISSQV, recebendo maior pontuação os bairros onde a população tem melhor acesso às necessidades consideradas. Além disso, o índice produziu uma hierarquia dos níveis de carência ou satisfação das necessidades sociais por bairro.

A experiência de São Paulo levou à construção do Índice de Exclusão Social (IEx) em 1995, tomando como base os dados do Censo demográfico desagregados pelos distritos administrativos da cidade. Segundo Sposati (2002), o IEx visa dimensionar o quanto a população se encontra excluída do acesso a quatro variáveis temáticas: Autonomia, Desenvolvimento Humano, Qualidade de Vida e Equidade em que se analisam indicadores de renda, educação, saúde, habitação, saneamento/infraestrutura urbana e equidade entre gêneros, para formar o índice composto de exclusão/inclusão social de cada setor. Os indicadores foram calculados a partir de padrões de inclusão definidos pela coletividade,

possibilitando também o cálculo das discrepâncias entre os distritos, como forma de mensurar as desigualdades sócio-espaciais. Após este processo, obtêm-se mapas para a cidade, onde a visualização permite obter informações sobre as condições de vida das pessoas na cidade.

Em Belo Horizonte foi desenvolvido o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) a partir de indicadores georreferenciados nas Unidades de Planejamento (UP) da cidade. Conforme Nahas (2001), o IQVU foi calculado pela primeira vez em 1996 e possui três características básicas: 1) avalia a quantidade e a qualidade da oferta de bens e serviços públicos e privados no espaço intra-urbano; 2) é composto por indicadores passíveis de atualização em um curto intervalo de tempo (anuais ou bienais); e 3) é calculado a partir de informações provenientes dos próprios órgãos municipais e dos prestadores de serviços públicos. O IQVU é calculado para 80 unidades intra-urbanas, denominadas Unidades de Planejamento (UP). Na metodologia de cálculo, os 38 indicadores são agrupados em 23 componentes, e estes em 10 variáveis representativas das dimensões da Qualidade de Vida Urbana – Abastecimento, Cultura, Educação, Esportes, Habitação, Infraestrutura, Meio Ambiente, Saúde, Serviços Urbanos e Segurança Urbana –, sendo que cada variável recebe um peso específico de acordo com a sua importância relativa. Seu cálculo permite identificar as UP onde há menor oferta e acessibilidade (espacial) a serviços e que, portanto, devem ter prioridade na distribuição dos recursos disponíveis. Os índices parciais por variável temática possibilitam o estabelecimento de uma hierarquia dos setores de serviços em cada unidade. Assim, em termos conceituais o IQVU se apresenta como uma medida de acesso espacial aos bens de cidadania.

Medir a qualidade de vida prova ser uma tarefa cercada de complexidades, cuja interpretação requer aprofundamento conceitual e metodológico. Conceitualmente, a qualidade de vida vem ganhando espaço nas discussões sobre desenvolvimento, gerando reflexões pertinentes na atualidade. Porém, os aspectos analíticos de mensuração apresentam-se como um desafio a ser superado, principalmente diante das diferentes ferramentas de mensuração disponíveis, as quais trazem consigo vieses metodológicos próprios e dificuldades típicas do processo de conceituação da qualidade de vida. Os estudos apontam que não há uma metodologia de mensuração mais indicada no campo científico, mas que esta depende da construção conceitual, ou seja, do que se entende por qualidade de vida na realidade estudada.

4. CABACEIRAS: A CIDADE DO BODE, DO CINEMA, DO TURISMO E DAS BELEZAS NATURAIS NO CARIRI PARAIBANO

O Estado da Paraíba tem sido considerado um dos destinos turísticos emergentes da região Nordeste do país. De acordo com uma pesquisa realizada pela Empresa Paraibana de Turismo (PBTur), o primeiro trimestre de 2014 foi positivo para o setor⁶. A pesquisa sobre ‘Fluxo Global Estimado’ de turistas para o Destino Paraíba revela, que mais de 460 mil pessoas ocuparam 72,34% dos leitos disponíveis na capital e demais cidades paraibanas. No cômputo geral houve um aumento de cerca de 7.02% na demanda, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O Estado apresenta uma série de características que o coloca em posição favorável para a prática do turismo. Além das praias, a Paraíba reúne importantes sítios arqueológicos, paleontológicos e históricos, relativamente preservados e de fácil acesso. Tais características vêm cooperando para a intensificação de diversas modalidades de turismo no Estado, a exemplo do ecoturismo (SILVA E SILVA, 2009). Neste contexto, destaca-se o município de Cabaceiras, situado na microrregião do Cariri paraibano. A cidade possui belezas naturais reconhecidas e um rico acervo cultural, os quais despertam o interesse de turistas do Brasil e do exterior.

O turismo na cidade de Cabaceiras reflete as tendências da demanda turística mundial. Conforme Zaoual (2009), a clientela procura lugares que combinam autenticidade e intercâmbio intercultural, numa relação de harmonia com a natureza. Cabaceiras se aproxima das aspirações deste tipo de demanda, pois oferece um turismo cultural, no qual o visitante tem a experiência de conhecer parte da cultura regional e das belezas naturais exóticas do Cariri. O presente capítulo tem como objetivo caracterizar o ambiente de estudo, abordando características históricas, econômicas e culturais da cidade de Cabaceiras, enfatizando o contexto do turismo nesta localidade, bem como apresentar dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano.

⁶ Disponível em: <http://www.paraiba.pb.gov.br/88091/mais-de-460-mil-turistas-visitam-paraiba-no-primeiro-trimestre-de-2014.html>. Acesso em: 15 de março de 2015.

4.1. O município de Cabaceiras

Emancipado em 1834, o município de Cabaceiras está localizado na mesorregião da Borborema, Microrregião do Cariri Oriental Paraibano, a 183,8 quilômetros de João Pessoa, capital do Estado, e a 70 quilômetros de Campina Grande. O acesso pode ser realizado pelas rodovias BR 230 ou PB 148. Cabaceiras é um município de pequeno porte, possui população de 5.035 habitantes, sendo que 2.217 residem na zona urbana e 2.818 residem na zona rural (IBGE, 2010). Limita-se com os municípios Campina Grande; Barra de São Miguel e São Domingos do Cariri; Boqueirão e São João do Cariri. A vegetação é composta de caatinga arbustiva, típica das regiões mais áridas do Nordeste, com cactos, arbustos e vegetação típicos como xiquexique, coroa-de-frade, juazeiro, umbuzeiro e jurema, entre outras (IBGE, 2010).



Mapa 1: Mapa do Cariri Paraibano – destaque para o município de Cabaceiras. Fonte: Papes (2011)

O município é conhecido nacionalmente por apresentar um dos menores índices pluviométricos, com menos de 300 milímetros anuais, as temperaturas normalmente são em torno dos 30° C. Números que conferem a Cabaceiras, o destaque de município onde menos chove no país. Até os anos 1990, o município sobrevivia da plantação de alho orgânico e da pecuária extensiva. Entretanto, o turismo foi uma alternativa encontrada pelos administradores locais para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento regional. Atualmente Cabaceiras é um dos principais destinos turísticos no interior da Paraíba, baseado no turismo rural e ecológico, com atrativos baseados nas belezas naturais locais - como o Lajedo de Pai Mateus e o Saca de Lã - e no turismo cultural, especialmente voltado para a 'Festa do Bode Rei', evento que atrai mais de 50 mil visitantes à festividade, de acordo com o Departamento Municipal de Turismo (SALES, 2012).



Foto 1: Lajedo de Pai Mateus, a 29 km da sede municipal. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Entre as atrações naturais de Cabaceiras está o Lajedo de Pai Mateus. Este lajedo trata-se de uma formação rochosa de 1,5 quilômetros de extensão, situada na Fazenda Tapera, a 29 quilômetros da sede do município, cuja coloração amarelada (devido à presença de fungos) chama a atenção dos visitantes. O lajedo recebeu esse nome devido a um curandeiro eremita que viveu ali no século XVIII. Este fugiu dos senhores de escravos e lá recebia a população para realizar diferentes curas. Os guias de turismo narram a história de Pai Mateus, mostrando aos turistas os locais onde eram realizadas as tarefas domésticas e os rituais.

Outro potencial natural do município, que também recebe atração de turistas, é o monumento Saca de Lã. O monumento são blocos de pedras em formatos retangulares, formados uns sobre os outros pela erosão, o que o transformou em um imenso paredão de pedras. A visão faz lembrar sacas de lã empilhadas, que dão origem do nome Saca de Lã. Ambos os monumentos localizam-se no interior do Hotel Fazenda Pai Mateus, mas estão abertos à visitação dos turistas.



Foto 2: Saca de Lã. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Entre os eventos criados, a ‘Festa do Bode Rei’ é a de maior projeção turística. Criada em 1999, a festa acontece durante a primeira semana de junho, coincidindo com o aniversário de emancipação do município (04 de junho). Na festa, o bode é coroado como rei dos animais

do Cariri, devido a sua importância na economia regional e pela sua adaptabilidade às condições ambientais da região. Segundo Silva e Silva (2009, p. 13), “a cidade possui o terceiro maior rebanho da Paraíba, com cerca de 20 mil cabeças distribuídas por cerca de 400 caprinocultores”. A festa abrange exposição de animais, espaço para mostra de artesanato, degustação da culinária regional, baseada na carne do bode, e apresentação de companhias de danças e teatro. A festa vem atraindo turistas de todo Estado, chegando a 50 mil visitas em 03 dias de festa.



Foto: Festa do Bode Rei. Fonte: caririemfoco.com.br. Acesso em: 15 de março de 2015.

Outro tipo de atrativo turístico em Cabaceiras é o cinema. Cerca de vinte filmes já foram realizados no município. O primeiro, em 1924, ‘*A Ferração dos Bodes*’. Os mais conhecidos são ‘*Cinema, Aspirinas e Urubus*’, de Marcelo Gomes, seguido do mais popular, até os dias atuais, ‘*O Auto da Compadecida*’⁷, baseado na obra de Ariano Suassuna, e depois ‘*Romance*’, ambos dirigidos por Guel Arraes. Os produtores de cinema buscam o lugar que, além da paisagem atraente, possui uma luminosidade considerada excelente para o trabalho das filmagens (PAPES, 2011; SALES, 2012).

Em 2007 foi instalado na entrada da cidade um letreiro de 80 metros de comprimento por 5 metros de altura, no qual se lê: ‘Roliúde Nordestina’. O monumento faz parte de um projeto maior e tinha o intuito de reforçar a imagem de cidade cinematográfica. Para Leal (2010), essa imitação do símbolo do cinema estadunidense ‘Hollywood’, atraiu a mídia regional e nacional para conhecer a nova capital do cinema no nordeste. Assim, administradores locais e idealizadores do projeto criaram um símbolo para identificação de Cabaceiras como a cidade do cinema. Com isso, os locais de gravação dos filmes se tornaram espaços obrigatórios de visita dos turistas (SALES, 2012).

⁷‘O Auto da Compadecida’ foi exibida nos dias 5 a 8 de janeiro de 1999, 22h30.

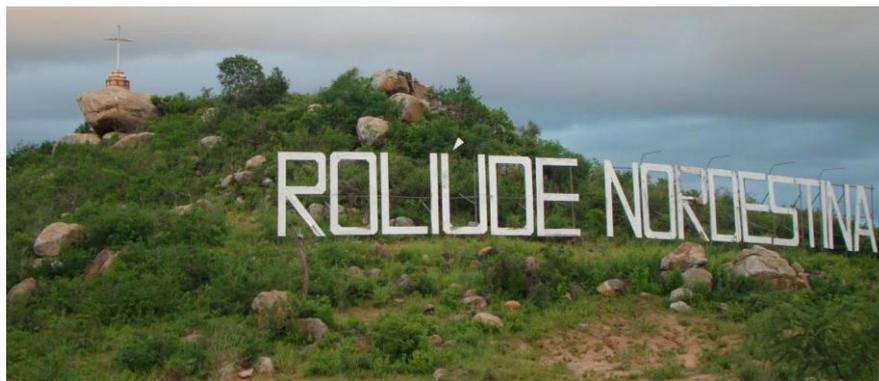


Foto: Letreiro “Roliúde Nordestina” na entrada da cidade. Fonte: Sales, 2012

Tanto a Festa do Bode Rei quanto o cinema e as belezas naturais de Cabaceiras possuem uma importância econômica para o município (SALES, BRASILEIRO E MEDINA, 2014). Novos empreendimentos como hotéis, bares, restaurantes, lojas de artesanato e mercadinhos foram criados para atender às atividades turísticas. Segundo dados de representantes da Prefeitura, todos os estabelecimentos geram mais de 200 empregos diretos e cerca de 300 indiretos (SILVA E SILVA, 2009; SALES, 2012). A cidade possui cinco hospedarias oficiais, mas no período das festas a Prefeitura Municipal coordena o serviço de hospedagem alternativa para receber turistas na Festa do Bode Rei. Os moradores da cidade disponibilizam seus imóveis residenciais como hospedaria, criando mecanismos alternativos de geração de renda (SILVA E SILVA, 2009).

O conjunto de potenciais naturais e culturais de Cabaceiras, aliado às estratégias de divulgação da cidade, como a cidade do bode e do cinema, dotaram a localidade daquilo que Harvey (2006) considera como elementos especiais, singulares e originais, os quais contribuíram para a promoção do turismo no município. A partir das gravações da microssérie *'Auto da Compadecida'* em 1999, Cabaceiras ganhou maior visibilidade regional e nacional, despertando tanto a inventividade dos administradores locais para transformá-la em cidade turística, quanto o interesse dos produtores cinematográficos, assim como dos turistas em conhecer esta cidade.

A maneira criativa como Cabaceiras buscou o desenvolvimento transformando elementos como o bode, o cinema e as belezas naturais em potencialidades para o turismo, concorda com a visão de Furtado (1984) sobre a importância da criatividade no processo de desenvolvimento. Para o autor, o desenvolvimento possui uma relação com a capacidade de criar soluções originais para problemas específicos, em que tais soluções acarretam mudanças sociais e extração de excedente. A cidade que padecia com a ausência de chuvas e de dificuldades oriundas da seca teve sua imagem modificada como uma cidade turística, a partir

do aproveitamento de suas potencialidades, criando empregos, dinamizando a economia local e elevando a autoestima da população local (SILVA E SILVA, 2009; SALES, BRASILEIRO E MEDINA, 2014).

Além disso, em Cabaceiras, os eventos que atraem o turismo se associam com outras atividades, como o artesanato e a produção cultural regional, viabilizando um modelo de desenvolvimento que cria mais oportunidades para a população (ARAÚJO, 2000). Considerando o turismo como um articulador da geração de emprego e renda, de investimentos em infraestrutura e da valorização da cultura – aspectos importantes na avaliação da qualidade de vida – e que o turismo cultural vem ganhando espaço no Cariri Paraibano, existe a possibilidade de o turismo tornar-se uma ferramenta para a qualidade de vida e para o desenvolvimento na cidade de Cabaceiras.

4.2. O Índice de Desenvolvimento Humano em Cabaceiras

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida criada por um grupo de especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) no início dos anos 1990, com o objetivo de medir o desenvolvimento humano de países e regiões, a partir das dimensões longevidade, educação e renda. A longevidade de uma população é expressa pela sua expectativa de vida e o grau de maturidade educacional é avaliado pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino. A renda é calculada por meio do PIB real per capita, expresso em dólares, e ajustado para refletir a paridade do poder de compra entre os países, tendo 2005 como ano de referência (PNUD, 2014). O IDH varia entre 0 e 1, e os países ou regiões são classificados de acordo com o valor do seu índice em: Muito Baixo Desenvolvimento Humano (0,0 a 0,499); Baixo Desenvolvimento Humano (0,5 a 0,599); Médio Desenvolvimento Humano (0,6 a 0,699); Alto Desenvolvimento Humano (0,7 a 0,799) e Muito Alto Desenvolvimento Humano (acima de 0,8).

Pelos critérios do IDH, o Brasil chegou em 2013 a um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,744 que o situa entre os países de nível alto de desenvolvimento humano. O relatório foi divulgado com base nos dados do censo demográfico de 2010 do IBGE para 187 países, classificando o Brasil na 79ª posição em desenvolvimento humano no mundo. Segundo o relatório, o Distrito Federal é a Unidade da Federação Brasileira com mais alto IDH: 0,742. A seguir colocam-se São Paulo (0,719) e Santa Catarina (0,697). A Paraíba está

entre as unidades com menor índice: (0,555), o que a situa entre os Estados com nível baixo de desenvolvimento humano e classifica-a na 23ª posição no Brasil.

A tabela 1 foi construída aglutinando as informações contidas no relatório sobre IDH no Brasil, segundo as microrregiões consideradas pelo IBGE⁸ para o Estado da Paraíba. Para estabelecer o ranking por microrregiões no Estado da Paraíba, foi calculada a média do IDHM por microrregião. Ao visualizar as microrregiões do Estado da Paraíba, os dados do IDHM mostram que a microrregião que apresenta o maior índice de desenvolvimento humano é João Pessoa, com o IDHM médio de 0,665. Este resultado situa João Pessoa como microrregião com médio desenvolvimento humano. Em seguida colocam-se as microrregiões de Campina Grande (0,615) e Esperança (0,604). O Cariri possui IDH médio de 0,595, o que o classifica como microrregião com baixo desenvolvimento humano, ocupando a 6ª posição na Paraíba.

Tabela 1: Ranking IDHM-médio por Microrregião da Paraíba

MICRORREGIÃO	IDHM-MÉDIO
1. JOÃO PESSOA	0,665
2. CAMPINA GRANDE	0,615
3. ESPERANÇA	0,604
4. PATOS	0,603
5. CAJAZEIRAS	0,598
6. CARIRI	0,595
7. GUARABIRA	0,593
8. PIANCÓ	0,592
9. CATOLÉ DO ROCHA	0,590
10. SOUSA	0,587
11. ITAPORANGA	0,586
12. ITABAIANA	0,574
13. BREJO	0,566
14. CURIMATAÚ	0,571
14. SERRA DO TEIXEIRA	0,571
15. LITORAL	0,561
16. SAPÉ	0,557
17. UMBUZEIRO	0,542

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/idhm-2013/index.html> Acesso: 22 de Novembro de 2014.

⁸O Estado da Paraíba divide-se em quatro mesorregiões: Agreste, Borborema, Sertão e Zona da Mata. Estas são compostas por microrregiões, a saber: Brejo Paraibano, Cajazeiras, Campina Grande, Cariris Velhos, Catolé do Rocha, Curimataú, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Litoral, Patos, Piancó, Sapé, Seridó, Serra do Teixeira, Sousa e Umbuzeiro. Fontes: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/243/agro_1975_v1_t9_pb.pdf e <http://historiadaparaiba.blogspot.com.br/2010/01/regionalizacao-da-paraiba-meso-e.html> Acesso em 15 de março de 2015.

Ao analisar a cidade de Cabaceiras (destacada em negrito na tabela 2) percebe-se que Cabaceiras apresenta um IDHM de 0,611, ocupando a 11ª posição num total de 31 municípios do Cariri, e a 47ª posição na Paraíba, esta com um total de 224 municípios. Comparada a outros municípios da região, Cabaceiras possui um desenvolvimento humano inferior (é o 16º município em renda e longevidade). Além disso, é o 9º município em educação. Estes dados conferem a Cabaceiras a classificação de médio desenvolvimento humano.

Tabela 2: Ranking IDHM dos municípios do Cariri paraibano

POSICÃO	CIDADE	IDHM	LONGEVIDADE	RENDA	EDUCAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
1º	BOA VISTA	0,649	0,796	0,590	0,582	MÉDIO
2º	COXIXOLA	0,641	0,794	0,586	0,567	MÉDIO
3º	MONTEIRO	0,628	0,709	0,625	0,558	MÉDIO
4º	SERRA BRANCA	0,628	0,770	0,598	0,537	MÉDIO
5º	SUMÉ	0,627	0,765	0,602	0,534	MÉDIO
6º	GURJÃO	0,625	0,729	0,576	0,581	MÉDIO
7º	CATURITÉ	0,623	0,782	0,617	0,502	MÉDIO
8º	ZABELÊ	0,623	0,725	0,567	0,587	MÉDIO
9º	SÃO JOÃO DO CARIRI	0,622	0,797	0,618	0,488	MÉDIO
10º	OURO VELHO	0,614	0,764	0,585	0,518	MÉDIO
11º	CABACEIRAS	0,611	0,759	0,574	0,523	MÉDIO
12º	ASSUNÇÃO	0,609	0,738	0,601	0,510	MÉDIO
13º	PRATA	0,608	0,772	0,566	0,514	MÉDIO
14º	BOQUEIRÃO	0,607	0,763	0,592	0,496	MÉDIO
15º	AMPARO	0,606	0,752	0,537	0,551	MÉDIO
16º	SANTO ANDRÉ	0,600	0,797	0,568	0,476	MÉDIO
17º	RIACHO DE S. ANTÔNIO	0,594	0,735	0,569	0,502	BAIXO
18º	SÃO DOMINGOS	0,589	0,773	0,603	0,438	BAIXO
19º	CARAÚBAS	0,585	0,710	0,580	0,485	BAIXO
20º	PARARI	0,584	0,733	0,583	0,467	BAIXO
21º	SÃO S. DO UMBUZEIRO	0,581	0,763	0,561	0,459	BAIXO
22º	CONGO	0,581	0,731	0,562	0,477	BAIXO
23º	ALCANTIL	0,578	0,765	0,550	0,458	BAIXO
24º	TAPEROÁ	0,578	0,749	0,564	0,456	BAIXO
25º	BARRA DE SÃO MIGUEL	0,572	0,728	0,584	0,440	BAIXO
26º	BARRA DE SANTANA	0,567	0,747	0,526	0,465	BAIXO
27º	CAMALAU	0,567	0,770	0,549	0,431	BAIXO
28º	LIVRAMENTO	0,566	0,732	0,523	0,473	BAIXO
29º	SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	0,556	0,778	0,542	0,407	BAIXO
30º	SÃO JOÃO DO TIGRE	0,552	0,758	0,523	0,424	BAIXO
31º	SANTA CECÍLIA	0,525	0,699	0,515	0,402	BAIXO

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/idhm-2013/index.html> Acesso: 22 de Novembro de 2014.

Apesar do IDH ser um instrumento bastante utilizado mundialmente para medir o desenvolvimento humano de países, regiões e cidades, captura apenas uma pequena parte deste, que é mais amplo e complexo que seu índice. O índice mensura o desenvolvimento humano ponderando apenas três variáveis (Longevidade, Renda e Educação), desconsiderando outras variáveis de igual importância, tal como infraestrutura de transportes. Além disso, O PIB *per capita*, por se tratar de uma média, não informa como a riqueza é distribuída entre as populações; não contabiliza a economia informal, tal como o trabalho infantil, a produção para o autoconsumo, ou até mesmo o tráfico ilícito de bens e serviços. Outra limitação do IDH reside na ausência de indicadores subjetivos para sua avaliação, que possam indicar o grau de bem-estar subjetivo da população.

A tentativa de compreender o desenvolvimento humano e a qualidade de vida requer a consideração de outras dimensões além da econômica, educacional e da longevidade. A literatura aponta a necessidade de introduzir dimensões, tais como a satisfação humana (MAX-NEFF 2012), dentre outras que refletem o caráter complexo e subjetivo do desenvolvimento humano e da qualidade de vida. Além disso, autores assinalam a importância da percepção da população sobre sua qualidade de vida (GOMÉZ, 2000; RAMIREZ *et. al.*, 1999; SETIÉN, 1993; HERCULANO, 2000). Dessa forma, o IDH se mostra uma relevante ferramenta de mensuração, mas necessita ser analisada em conjunto com outras dimensões e métodos que permitam uma visão mais abrangente da realidade a qual pretende retratar.

Cabaceiras mostra-se como uma cidade relevante na região do Cariri principalmente por seus potenciais naturais e culturais, os quais possibilitam a criação de oportunidades para o desenvolvimento regional. A cidade buscou no desenvolvimento turístico uma forma de aproveitar os potenciais existentes e movimentar a economia gerando trabalho, renda e visibilidade locais. Tendo como referência o IDH, os resultados mostram que o município apresenta desenvolvimento humano médio. Ao introduzir outras dimensões e métodos de análise que ponderem a percepção subjetiva da população, os resultados podem ser diferentes dos apresentados pelo IDH e podem capturar de forma mais ampla a essência da realidade caririzeira.

5. ASAÇÕES DOS AGENTES PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E TURÍSTICO NO CARIRI PARAIBANO

Com o surgimento de novas teorias e escalas de desenvolvimento, principalmente no final da década de 1970, o conceito de desenvolvimento territorial ganhou notoriedade e revelou-se como uma alternativa de crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida dos territórios, a partir da utilização de fatores produtivos internos a cada território. Este conceito busca destacar as potencialidades contidas no território na busca pelo desenvolvimento. Conforme Barquero (2001, p. 41) o desenvolvimento territorial é um processo “liderado pela comunidade local ao utilizar seu potencial de desenvolvimento que leva a melhoria do nível de vida da população”. Dessa forma, a comunidade local, ou os agentes locais, adquirem importância por serem os condutores da ação local transformadora.

Frente à importância dos agentes locais no processo de desenvolvimento, Brandão (2011, p. 27) defende que “o processo de desenvolvimento, necessariamente tenso, exige a assunção da conflitualidade, a dinâmica de ação das facções das classes sociais e a *identificação dos sujeitos sociopolíticos portadores de decisão transformadora*”. Para o autor, é imperioso saber com quais agentes sociais, econômicos e políticos se poderia contar para levar adiante o desenvolvimento territorial, além de conhecer as ações e as cadeias de reação das decisões tomadas pelos mesmos em torno da produção do espaço. De acordo com Moraes (2002, p. 16), os agentes, no entanto, “são movidos por necessidades, interesses, desejos e sonhos”. Assim, a produção do espaço manifesta projetos, necessidades e interesses dos homens, os quais podem variar conforme a posição que estes agentes ocupam no espaço (MEDINA, 2012). Diante disso, o presente capítulo tem como objetivo discorrer sobre as ações dos agentes na promoção do desenvolvimento territorial e turístico no Cariri Paraibano, bem como no município de Cabaceiras, destacando algumas implicações destas ações na realidade social destes espaços.

5.1. As Ações dos Agentes no Âmbito Territorial: O Cariri Paraibano

O processo de desenvolvimento territorial do Cariri Paraibano ganhou impulso no início dos anos 2000, através do projeto Desenvolvimento Local Integrado – DELI's, organizado pelo SEBRAE. Neste projeto buscou-se, inicialmente, fazer um reconhecimento das cidades, do potencial de cada uma delas e também da governança local. A partir do

reconhecimento do território, o SEBRAE identificou as principais lideranças da microrregião e promoveu a articulação entre elas, juntamente com as prefeituras locais, com o intuito de identificar as vocações locais e promover a capacidade criativa de cada localidade. Inicia-se neste contexto o Pacto Novo Cariri no ano de 2000. Neste pacto, os 31 municípios da microrregião firmam um acordo com as três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) para estruturar uma nova governança (SALES, 2012).

Por meio do Pacto Novo Cariri foi formado um grupo de doze pessoas, intitulado de grupo Kiriry⁹. Esse grupo era composto por pessoas com conhecimento sobre a microrregião e tinha o objetivo de pensar o desenvolvimento territorial do Cariri. Além disso, eram pessoas ligadas à cultura e que atuavam em áreas específicas: música; teatro; danças; literatura e poesia; patrimônio histórico; cinema e educação, entre outras. A atuação do grupo Kiriry estava ligada ao SEBRAE, às lideranças locais e a comunidade, pondo em marcha projetos diversos em áreas como a caprinocultura, turismo, artesanato e cultura (PAPES, 2011).

Em cada cidade nós tínhamos um núcleo de lideranças inspiradoras que ajudavam esse grupo a fazer a sensibilização e a mobilização dentro do município. E assim a gente caminhou, nasceu de dentro da sensibilização territorial o primeiro fórum de turismo do Estado. Naquela época o Ministério do Turismo estava com a interiorização voltada para levar qualidade e empoderar no interior, e nós, juntos com esse grupo fomos trabalhando de mãos dadas para a formação do Fórum de Turismo e Cultura do Cariri. A partir dessa formação do fórum, nós tivemos um contato maior e tivemos nosso território publicado em algumas revistas e livros que o Ministério do Turismo fez sobre turismo rural (ENTREVISTADA SEBRAE).

Numa visão cultural, turística e também econômica, o SEBRAE, o grupo Kiriry e as 31 municipalidades Caririzeiras, criaram em 2006 o projeto *Turismo Histórico Cultural no Cariri Paraibano*¹⁰, pensado para resgatar, revitalizar e apoiar a cultura dos municípios pertencentes ao Pacto, promovendo, dessa forma, o turismo nessas 31 localidades participantes. Por meio do Projeto Turismo Histórico Cultural no Cariri Paraibano, diversas ações foram realizadas no Cariri, como podemos ver no quadro 1:

⁹Kiriry, grafia na língua Tupi. Kiriry significa Cariri, elemento quieto; taciturno. Este nome foi escolhido pelos próprios integrantes do grupo em homenagem aos índios da região. Fonte: Entrevista concedida dia 03 de junho de 2015.

¹⁰O projeto Turismo Histórico Cultural no Cariri Paraibano teve início em primeiro de janeiro de 2006 e término em 31 de dezembro de 2008.

Quadro 1: Ações realizadas no Cariri paraibano com vistas ao desenvolvimento regional

Cidades	Ações/Projetos	Agentes envolvidos
Monteiro	Revitalização do teatro e apresentações culturais com Zabé da Loca	SEBRAE; Prefeitura Municipal de Monteiro.
São João do Cariri	Criação do Instituto Histórico e Geográfico do Cariri Paraibano	SEBRAE; Prefeitura Municipal de São João do Cariri.
Congo	Festival de cinema no Congo e Capacitação de pessoas para o trabalho em restaurantes	SEBRAE; Prefeitura Municipal do Congo.
Boa Vista	Apoio ao artesanato das ‘Cabritas de Boa Vista’	SEBRAE; Prefeitura Municipal de Boa Vista.
Serra Branca	Capacitação das louceiras de Boa Vista	SEBRAE; Prefeitura Municipal de Serra Branca.
Monteiro, Camalaú, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre, Zabelê	Capacitação de rendeiras Renascença e estabelecimento de sede própria	SEBRAE; Prefeitura Municipal e Governo do Estado
São João do Cariri, Serra Branca, Sumé, Monteiro, Boqueirão, Zabelê, Cabaceiras, Taperoá, Camalaú, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro	Criação do Circuito Junino	SEBRAE; Prefeitura Municipal

Fonte: Entrevista concedida pelo SEBRAE no dia 03 de Junho de 2015

A atuação do SEBRAE na execução destas ações consistia basicamente na capacitação e mobilização social, pois segundo a gestora de projetos do SEBRAE, “nosso papel dentro de tudo isso era mobilização, sensibilização, capacitação e consultoria”. De acordo com entrevista com a PBTur, o Governo do Estado atuou principalmente oferecendo capacitação de pessoas e concessão de financiamentos. No caso das rendeiras Renascença, a capacitação de mão-de-obra e a criação de sede própria em cinco cidades do Cariri, tiveram o apoio do Governo do Estado com recursos provenientes do Projeto Cooperar¹¹. De uma forma geral, o artesanato caririzeiro fez parte do Programa Paraíba em Suas Mãos¹², em parceria com o SEBRAE.

¹¹ Criado pela Lei nº 6.523 de 10 de setembro de 1997, o Projeto Cooperar constitui-se uma Unidade Administrativa de natureza autônoma e provisória, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. O projeto se propõe a financiar Subprojetos Comunitários, voltados para a provisão de infraestrutura básica e a criar de oportunidade de ocupação e renda, baseados no capital social existente. Os Subprojetos são classificados nas categorias: Infraestrutura; Sociais e Produtivos. Fonte: http://www.cooperar.pb.gov.br/?pg=sobre_o_cooperar Acesso em: 23 de Junho de 2015.

¹² Criado pelo Decreto Governamental nº 24.647/2003, de 01 de dezembro de 2003, tem como objetivo promover o desenvolvimento do artesanato paraibano, para que seja reconhecido nacional e internacionalmente, de forma integrada com o turismo, melhorando as condições de vida dos artesãos e artistas, através da geração de trabalho e renda, preservando as formas de identidade cultural da região que podem ser transmitidas por processos educacionais às novas gerações. Com características inovadoras, dentro de uma perspectiva sistêmica, baseada num modelo de gestão compartilhada com o Sebrae/PB, imprime ao setor de artesanato um enfoque

Assim, as ações aqui mencionadas no Cariri aconteciam dentro de uma relação de parceria entre as Prefeituras Municipais, o Governo do Estado e o SEBRAE. Estas ações tinham uma ligação com o turismo no Cariri, ainda que direta ou indiretamente, pois buscavam revitalizar e apoiar a cultura dos municípios pertencentes ao Pacto, fomentando negócios locais e preparando as localidades para receber turistas. Segundo a gestora de projetos do SEBRAE - referindo-se ao estudo sobre as cidades do Cariri - houve um reconhecimento de que a cultura caririzeira mostrava potencial para o desenvolvimento regional. De fato, a cultura pode ser considerada um elemento importante na produção do turismo. Na visão de Garcia (1998):

As coalisões locais para desenvolvimento do turismo devem otimizar seus meios regionais inovadores, constituídos em conjuntos de habilidades coletivas no lugar, manifestas por meio da cultura. Daí que a cultura seja um dado fundamental a ser considerado na produção local do turismo (GARCIA, apud CARVALHO E NÓBREGA, 2012, p. 142).

Os agentes institucionais buscaram investir nos atributos de cada um dos 31 municípios do Pacto Novo Cariri, aproveitando a mão-de-obra local e o saber-fazer dos moradores, utilizando-se das vocações locais enraizadas na cultura e história do povo Caririzeiro. Isto, por sua vez, gerou oportunidades de negócio em turismo por meio do artesanato, da hospedagem, de restaurantes e das atividades culturais realizadas. Na prática, elementos que representam a cultura do Cariri como as bonecas de chita¹³ feitas pela cooperativa artesanal ‘Cabritas de Boa Vista’ com personagens da história da cidade como *João Cnadoe Chica da Tonha*; além de bolsas de chita que eram confeccionadas e comercializadas em salões de artesanato, eram vendidas a turistas que visitavam a cidade (ENTREVISTADA SEBRAE). Outro exemplo consiste no Restaurante Refúgio da Serra no município de Serra Branca. Este restaurante localizava-se na zona rural do município e servia comidas regionais, sendo o traslado das pessoas para o restaurante feito por pau de arara. Assim, elementos da cultura regional eram evidenciados na cadeia produtiva do turismo em Serra Branca. Os investimentos dos agentes institucionais neste processo consistiam em

diferenciado, no que tange à organização social, capacitação gerencial, acesso ao crédito, promoção e comercialização, colocando-o como uma verdadeira atividade econômica interferindo de forma direta e benéfica no cotidiano do artesão.

¹³ O termo *chita* é definido pelo dicionário Aurélio como “tecido ordinário, de algodão, estampado a cores”. Surgiu na Índia Medieval e, após a colonização desta pela Inglaterra, foi comercializada intensamente, invadiu e conquistou a Europa. Fonte: ROCHA, Maria Diaz; QUEIROZ, Mônica. *O significado da cor na estampa do tecido popular: a chita como estudo de caso*. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/6-Coloquio-de-Moda-2010/68848-O-significado-da-cor-na-estampa-do-tecido-popular-a.pdf>. Acesso em 29 de Junho de 2015.

capacitar e viabilizar economicamente os projetos, fomentando junto aos empresários locais uma consciência profissional e empreendedora do segmento turístico.

5.2. As ações dos Agentes no Âmbito Local: O município de Cabaceiras

O desenvolvimento local e turístico de uma localidade demanda a mobilização dos agentes internos. Segundo Harvey (2005), o empreendedorismo urbano se origina em um conjunto complexo de forças mobilizado por diversos agentes sociais, no qual o governo e a administração desempenham apenas papel facilitador e coordenador. Nesse sentido, em 1999 a Prefeitura de Cabaceiras, juntamente com o apoio do Governo do Estado, criou a Festa do Bode Rei na tentativa de promover a localidade, tendo em vista que este se mostrava um animal economicamente importante para a região, por sua capacidade de adaptar-se ao clima seco do Cariri, oferecendo carne e leite para a população mesmo em períodos de escassez de chuva (SALES, 2012).

Quando a Festa do Bode Rei foi pensada foi considerada a questão de não chover. Cabaceiras faz parte de um triângulo de cidades que menos chove no Brasil, aí o prefeito que era um dos 31 prefeitos do Pacto Novo Cariri, percebeu o seguinte, que na cidade dele o que poderia fazer diferença era trabalhar o bode, já que eles tinham uma raiz histórica no distrito de Ribeira, de trabalhar couro, e de repente trazer isso pra uma festa onde se pudesse fazer negócios de bode. Mais do que isso, confraternizar esse Cariri que estava começando a se pensar como um todo, como uma unidade, um território único (ENTREVISTADA SEBRAE).

A festa buscava reunir os agentes produtivos da cadeia de caprinocultura, onde se pudesse comprar, vender, expor os animais e o artesanato, mas também oferecer shows musicais e apresentações folclóricas, os quais divulgavam a cultura do bode. Com a popularidade da festa e a circulação de aproximadamente 50 mil visitantes em 2004 nos três dias de festa (SALES, 2012), a Prefeitura e os demais parceiros buscaram tornar a festa um produto turístico, de modo que algumas ações foram realizadas pelos agentes institucionais a partir do ano de 2005, com o intuito de desenvolver o turismo em Cabaceiras. Nesta época, o município contava com o Hotel Fazenda Pai Mateus, o Hotel Rancho da Ema, o Hotel Berro do Bode e um dormitório que abrigava 50 pessoas dentro da cidade. As ações se concentraram em capacitar as pessoas para o segmento turístico nos setores de hotelaria e gastronomia. De acordo com a gestora de projetos do SEBRAE:

Tínhamos muita consultoria para os empresários da área de turismo, restaurantes, bares e hotéis, levando eles pra acesso a mercado. Como? Levando eles pra o salão nacional de turismo em São Paulo, pra que eles pudessem ver o que era que os outros estavam (sic) fazendo e poder trazer novidades. Visitas técnicas a estados vizinhos, ou quando a gente ia pra uma feira, por exemplo, a BNTN¹⁴ que a gente ia pra um estado vizinho, além de visitar alguns equipamentos de restaurantes e hotéis, pra que eles percebessem que poderiam mudar dentro dos restaurantes e hotéis deles (ENTREVISTADA SEBRAE).

De acordo com a Secretaria de Cultura de Cabaceiras, entre 2005 e 2008 foram oferecidos cursos de condutores de turismo nos quais, aproximadamente 50 pessoas participaram no total. Estes cursos foram oferecidos numa parceria entre e o SEBRAE e a Prefeitura Municipal, por intermédio da Secretaria de Cultura. O objetivo consistia em formar os próprios moradores da cidade na condução do turismo para atuar de maneira profissional no mercado. Entretanto, dentre os que receberam treinamento, apenas três são atuantes como condutores de turismo em Cabaceiras. A Secretaria de Cultura atribui o baixo número de condutores atuantes à ociosidade da população. Segundo a Secretaria de Cultura:

A Secretaria de Cultura, Prefeitura e SEBRAE fizeram muita coisa para desenvolver o turismo, mas falta a população urbana abraçar a causa. Nós temos um potencial turístico e cultural, mas parte da população espera muito da Prefeitura e é ociosa (ENTREVISTA SECRETARIA DE CULTURA).

Em contrapartida, a empresária 1, proprietária de uma pousada e de uma loja de roupas em Cabaceiras, aponta que os cursos de capacitação diminuíram bastante e que na atualidade existe uma falta de incentivo governamental para apoiar o turismo na cidade.

Antigamente o SEBRAE vivia muito aqui dando cursos, inclusive eu até participei. Eu fiz curso de hotelaria porque eu tenho uma hospedagem e me ajudou muito. Há dez anos era muito melhor o atendimento que eles (SEBRAE e Governo do Estado) davam em termo de turismo, de artesanato. Mas hoje tá muito diferente. O turismo caiu muito aqui em cabaceiras, antes a gente via (sic) três, quatro ônibus com turistas, mas hoje caiu muito. Eu acho que foi mais falta de apoio, o apoio é quase nada e tudo tem que ter incentivo do governo(ENTREVISTA EMPRESÁRIA 1).

O discurso da empresária 1 é confirmado pelo morador 3, de 40 anos, o qual assevera que o volume de turistas era maior no passado. Estes apontam como principal causa a falta de incentivo do governo.

¹⁴Brazil National Tourism Mart – BNTM.

Vinha muito turista pra cá conhecer a festa do bode rei, mas hoje, devido à falta de incentivo foi diminuindo. A parte turística diminuiu geral. Antes vinham dois, três ônibus com estrangeiros pra conhecer a Festa do Bode Rei, o lajedo de Pai Mateus, mas hoje vem uns perdidos do interior pela falta de incentivo (ENTREVISTA MORADOR 3).

O incentivo governamental é apontado por Harvey (2005) como um elemento basilar no processo de desenvolvimento. Para Harvey (2005, p. 175), “dificilmente na atualidade, desenvolvimento algum em larga escala acontece sem que o governo local (ou a coalizão mais ampla de forças que constitui a governança local) ofereça, como estímulo, um pacote substancial de ajuda e assistência”. Os investimentos do governo existem na cidade de Cabaceiras, com vistas ao desenvolvimento territorial e turístico, mas para a empresária 1, houve uma diminuição com a troca da gestão municipal. Segundo a empresária, a gestão anterior tinha uma visão turística e criativa para divulgar a cidade, enquanto que a gestão atual apenas continuou o trabalho executado, mas sem o mesmo interesse em promover a capacitação das pessoas do lugar. Há o reconhecimento da Secretaria de Cultura de que na atualidade, a Prefeitura não realiza cursos, mesmo possuindo estrutura para tal:

Falta a atuação da própria Prefeitura para ministrar cursos. Existe pessoal capacitado para ministrar, mas há falta de cursos ministrados pela Prefeitura. Até hoje tem sido mais parcerias com o SEBRAE, por exemplo (ENTREVISTA SECRETARIA DE CULTURA).

A busca pelo desenvolvimento territorial e turístico de Cabaceiras compreendeu também o artesanato local. O incentivo ao artesanato feito com peles de caprino curtidas de forma natural possibilitou que os curtidores se organizassem e criassem a Arteza em 1998, com o apoio do Governo do Estado (SALES, 2012). A cooperativa atraiu parceiros importantes como o SEBRAE e a GTZ¹⁵, este último um órgão de cooperação técnica e científica do governo alemão. Quando o SEBRAE iniciou um trabalho de capacitação com os artesãos e curtidores da cooperativa, a GTZ consolidara um trabalho de capacitação com a introdução de novas técnicas de curtimento e transformação do couro do bode em matéria-prima. Assim, houve um esforço conjunto para proporcionar melhorias no maquinário e no processo de curtimento do couro de bode. Segundo a PBTur:

A Secretaria do Desenvolvimento Econômico desenvolveu um trabalho junto à Arteza há muitos anos atrás. A Secretaria deu todo o apoio para que

¹⁵ A Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) é o órgão do governo alemão responsável pela cooperação técnica internacional. É vinculada ao Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento, o BMZ. Fonte: <http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/DiretrizesCTI.pdf> Acesso em: 16 de Dezembro de 2015.

eles montassem aquela associação, estudou pra ver como se desenvolvia a questão do couro pra não ter aquele cheiro insuportável do curtume. O governo, através da Secretaria, deu todo apoio à Arteza para qualificar as pessoas e receber recursos (financiamentos)(ENTREVISTA PBTUR).

Além destes gestores, outras entidades formaram parcerias com a Arteza, a exemplo do Centro de Tecnologia do Couro e do Calçado (CTCC) do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); a Secretaria da Indústria, do Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado da Paraíba e Prefeitura Municipal de Cabaceiras. Estas parcerias proporcionaram capacitação gerencial, comercial e produtiva, contribuindo para a inserção da Arteza no mercado regional e nacional (SEBRAE, 2005; SALES, 2012). Embora estas ações dos agentes institucionais e parceiros tenham sido de grande relevância para aprimorar as técnicas de produção, elevando a qualidade do produto e também a competitividade da cooperativa, alguns moradores acreditam que os benefícios obtidos se concentraram no distrito de Ribeira, não sendo refletidos na cidade de Cabaceiras. Segundo o morador 3:

O SEBRAE deu cursos pra quem trabalha com artesanato. Mas o artesanato tá mais puxado (sic) pra o distrito de Ribeira. Aqui os que trabalham com artesanato são muito poucos. Se tem algum benefício é lá pro Distrito de Ribeira. Aqui não teve muito apoio então o Distrito de Ribeira se adaptou melhor (ENTREVISTA MORADOR 3).

Semelhantemente, a moradora 4, de 30 anos, afirma que “eles (os agentes institucionais) têm ajudado a Arteza, mas é na Ribeira, não é aqui. É como se fosse uma coisa ali, sem se expandir muito. O desenvolvimento não fica aqui na cidade”. Do ponto de vista local, o comércio do artesanato em Cabaceiras é sazonal, sendo estimulado principalmente na Festa do Bode Rei - a qual acontece anualmente - ou quando chegam caravanas de turistas à cidade. Do ponto de vista regional, o artesanato em couro de bode produzido pela Arteza e pelos artesãos em Cabaceiras possui um valor cultural para a região, pois divulga e aprofunda a cultura regional através da produção e exposição de elementos inerentes ao Cariri paraibano.

Além dos investimentos ligados ao turismo e ao artesanato, alguns agentes como a Prefeitura Municipal e Secretaria de Cultura promoveram ações de valorização e revitalização da cultura na cidade de Cabaceiras. Por ser um município de reconhecido potencial cinematográfico, a Secretaria de Cultura de Cabaceiras ofereceu gratuitamente entre 2009 e 2010, oficinas de edição de vídeo, filmagem e teatro. As ações nesta linha continuaram, de modo que atualmente existe um projeto denominado “Projeto Música na Igreja”. Este projeto envolve a apresentação de músicas sacras e populares para turistas, mediante agendamento e

conta com três professores e dois alunos de música; dois professores de dança; uma banda filarmônica com vinte e sete músicos e um maestro da banda marcial. O projeto compreende também sete bolsistas que trabalham com filmagem, edição e sonorização.

Assim, ao chegar à cidade, os turistas podem assistir a uma apresentação cultural na igreja, com a participação dos envolvidos no projeto, os quais são, em sua maioria, moradores da cidade. Além disso, estas iniciativas trouxeram uma contribuição social econômica para os moradores da cidade. Segundo a guia de turismo do Museu Histórico de Cabaceiras, estas ações modificaram a qualidade de vida da população, por que:

Afastaram o jovem dos vícios, das drogas e deram uma atividade para eles. Não tinha quase nada pra se fazer no município, fazendo com que as pessoas não ficassem na cidade. Hoje os instrutores de música e dança recebem remuneração do município, como também os alunos que recebem bolsa (ENTREVISTADA GUIA DE TURISMO).

O conjunto de ações praticadas pelos agentes trouxe uma importância econômica para a região e para o município de Cabaceiras. Desde a criação da Arteza e da Festa do Bode Rei, juntamente com os cursos ministrados à população, permitiram que, a cada ano a Festa do Bode Rei estime a participação de cerca de 50 mil pessoas, movimentando a economia local e gerando aproximadamente 850 empregos diretos e indiretos¹⁶.

Quadro 2: Ações realizadas pelos agentes para o desenvolvimento territorial e turístico em Cabaceiras-PB

Ações	Agentes envolvidos
Criação da Arteza (1998)	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo da Paraíba; Prefeitura Municipal;
Criação da Festa do Bode Rei (1999)	Prefeitura Municipal; Emater; Emepa; Universidade Federal da Paraíba; Secretarias da Agricultura e Ciência e Tecnologia do Governo da Paraíba; Associações de Criadores e PBTur.
Cursos de Capacitação para empresários do segmento turístico, Consultoria e Visitas Técnicas (2005-2008)	SEBRAE; Prefeitura Municipal
Consultoria e Cursos de Capacitação para agricultores e curtidores (2005-2008)	SEBRAE; Prefeitura Municipal; Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo da Paraíba
Cursos de Capacitação para condutores de turismo (2005-2008)	SEBRAE; Prefeitura Municipal; Secretaria de Cultura
Criação da ‘Roliúde Nordestina’ (2007)	Governo do Estado e Prefeitura Municipal
Cursos de capacitação na área de música, dança, cinema, teatro e artesanato em geral (2005-2015)	Prefeitura Municipal; Secretaria de Cultura; SEBRAE

Fonte: (SALES, 2012; Entrevistas realizadas entre 28 de maio e 03 de junho de 2015 com os agentes institucionais).

¹⁶Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/05/festa-do-bode-rei-no-Cariri-da-paraiba-comeca-nesta-sexta-feira.html> Acesso em 04 de julho de 2015.

Porém, mais do que proporcionar um crescimento econômico, estas ações contribuíram para despertar a criatividade e o empreendedorismo das pessoas. Segundo o morador 1, “as pessoas acreditaram mais em colocar comércio e fazer investimento”. Esta declaração é confirmada pela PBTur, a qual afirma que “empregados da associação (Arteza) saíram da Alpargatas, montaram seu próprio negócio e hoje faturam cinco, dez mil reais” (ENTREVISTA PBTUR). O reflexo de algumas ações dos agentes também pode ser visto por meio das afirmações da empresária 1:

Depois do filme Auto da Compadecida e da Festa do Bode Rei, o prefeito procurou alguma coisa pra desenvolver o turismo. Aí ele criou o turismo da seca e deu certo. Através do turismo eu tenho minha casa, meu terreno, e eu comecei a fazer quartos pra alugar, e graças a Deus deu certo e tá (sic) dando certo (ENTREVISTADA EMPRESARIADO).

Estas afirmações tratam da relação entre a cultura e a economia, apontada por Harvey (2005). Segundo este autor, as artes criam um clima de otimismo essencial ao empreendedorismo cultural. Para Harvey (2005, p. 176), “as atividades culturais e as artes podem ajudar a romper a espiral descendente da estagnação econômica, nas cidades do interior, e ajudar as pessoas a acreditar em si mesmas e em sua comunidade”. As ações dos agentes locais contribuíram para a construção de uma ambiência favorável ao desenvolvimento, levando as pessoas a buscar sair do estado de inércia, atuando de forma empreendedora, abrindo seu próprio negócio e visualizando no turismo e na cultura uma forma de extração de renda e sobrevivência.

A proposta de desenvolvimento da região do Cariri se fundamentou no uso da inventividade como forma de acumulação de excedente. A busca por características próprias de cada cidade que pudessem ampliar as possibilidades de competitividade local e desenvolvimento abriram caminhos para que os Caririzeiros explorassem seus potenciais, rumo ao desenvolvimento da região. De acordo com Furtado (1978):

Ora, a emergência de um excedente adicional abre aos membros de uma sociedade um horizonte de opções: já não se trata de reproduzir o que existe e sim de ampliar o campo do que é imediatamente possível, esse espaço intermediário entre o ser e o nada (...) dentro do qual se concretizam as potencialidades humanas. O novo excedente constitui, portanto, um desafio à inventividade (FURTADO, 1978, p. 73).

Especificamente em Cabaceiras, houve um esforço criativo, como a criação da Festa do Bode Rei (SALES, 2012); os investimentos no artesanato, na cinematografia e na música

os quais permitiram um aprofundamento cultural das pessoas; a geração de empregos; o acesso ao conhecimento por meio dos cursos de capacitação ministrados, os quais colaboraram para a inserção de pessoas com baixa qualificação e com pouca experiência no mercado e o incentivo ao turismo - o qual esteve entremeadado a todos estes processos - cooperaram de maneira geral para a criação de uma ambiência favorável ao desenvolvimento territorial e turístico.

Todavia, na atualidade, as ações praticadas em Cabaceiras parecem não ter o mesmo ímpeto do passado. Os discursos apresentados por empresários, moradores e pela Secretaria de Cultura, quanto à redução dos investimentos do governo e da falta de cursos ministrados pela Prefeitura de Cabaceiras, apontam uma fragilidade do planejamento estratégico do desenvolvimento territorial e turístico. Moradores e empresários atribuem a causa à mudança de governo tanto municipal quanto estadual, os quais, na percepção da população, não acompanharam a visão política e empreendedora da gestão anterior. Segundo Brandão (2011):

Sem continuidade em suas políticas, desembocam frequentemente na utilização do processos de *layering* (criação de novas políticas e programas sem eliminação, ou implementação, das antigas), o que conduz a frequentes ações pontuais e conjunturalistas, sem qualquer direcionamento estratégico (BRANDÃO, 2011, p. 33).

Dessa forma, a falta de continuidade nas ações transformadoras e nos investimentos pode comprometer o desenvolvimento endógeno, levando o território a uma posição estacionária. Por outro lado, o entrevistado da Secretaria de Cultura assinalou que “parte da população espera muito da Prefeitura e é ociosa”. Esta afirmação conduz à reflexão sobre a participação do empresariado e dos moradores no processo de desenvolvimento. Para Barquero (2002, p. 49-58), o desenvolvimento endógeno pode ser considerado como um processo de mudança estrutural e de crescimento econômico no qual “a organização do sistema produtivo, a rede de relações entre atores e atividades, a dinâmica de aprendizagem e o sistema sociocultural são determinantes no processo de mudança”. O processo do desenvolvimento envolve a participação coletiva e não apenas do Estado, embora o papel deste como financiador e articulador seja de suma importância. Empresariado e moradores podem buscar maneiras de sair da inércia por meio de ideias empreendedoras, utilizando-se das potencialidades locais existentes.

Segundo a entrevistada da PBTur, existem recursos do Estado para o financiamento de projetos, entretanto, são necessários o interesse do empresário, das prefeituras e das pessoas,

bem como a apresentação de projetos para apreciação do governo e posterior investimento governamental.

É preciso que o empresário queira e que ele procure o governo. Tanto o governo federal quanto estadual tem diversos programas, tem o Senar, o Cooperar, o Empreender, diversas coisas que podem auxiliar. O governo é o parceiro, mas o empresário tem que querer, porque se ele não quiser, nada acontece. E precisa de projetos. As prefeituras, as pessoas precisam aprender, se qualificar pra fazer os projetos, porque o dinheiro existe, principalmente o federal, mas não tem projetos (ENTREVISTA PBTUR).

Ponderando os discursos dos entrevistados da PBTure da Secretaria de Cultura, podemos considerar a possibilidade de o empresariado e os moradores que desejam realizar atividades produtivas em Cabaceiras não se disponibilizarem para criar projetos e buscar financiamento do governo, ou mesmo não possuírem o conhecimento necessário para a elaboração destes. Assim, este seria outro entrave à continuidade do desenvolvimento territorial e turístico em Cabaceiras. No entendimento do SEBRAE, a cidade de Cabaceiras vive um momento de promoção do passado, sem novas perspectivas de mudanças futuras. Segundo o SEBRAE:

Eu diria que a cidade vive ainda um período de promoção do passado. Na minha visão o que falta hoje em Cabaceiras é um projeto de marketing pra que ela possa receber mais com o que tem. Não precisa inventar a roda, é receber com o que tem e fazer girar a economia local (ENTREVISTA SEBRAE).

Todavia, apesar das dificuldades apresentadas pelos agentes, as ações realizadas no passado iniciaram um processo de mudança no *status quo* do município de Cabaceiras, que até os anos 1990 sobrevivia da plantação de alho orgânico e da pecuária extensiva. O turismo foi uma alternativa encontrada pelos administradores locais para diminuir a migração da população e gerar uma ambiência favorável ao desenvolvimento territorial e turístico com qualidade de vida para as pessoas (BARQUERO, 2001).

6. O TURISMO E A QUALIDADE DE VIDA EM CABACEIRAS

O turismo é um fenômeno complexo (MEDINA, 2012) cuja prática provoca impactos em diversas áreas da vida social. Seus efeitos podem ser visualizados na cultura popular (ZAOUAL, 2003), no meio ambiente (BENI, 2006), na economia (RUSCHMANN, 1997) e na vida social (CORIOLANO, 2013), afetando direta e indiretamente a qualidade de vida das pessoas do lugar. Conforme discutido no capítulo três, embora bastante complexa, a tarefa de mensurar e compreender a qualidade de vida de uma determinada sociedade perpassa a observação de dados objetivos e subjetivos. Assim, o capítulo que segue tem como objetivo interpretar a relação entre a qualidade de vida das pessoas no município de Cabaceiras e o incremento do turismo na cidade, considerando como realidade relevante os dados quantitativos disponíveis, bem como a própria visão que têm os agentes sobre qualidade de vida e sua relação com o turismo praticado na cidade.

6.1. O turismo e a qualidade de vida na percepção dos agentes

A percepção dos agentes institucionais sobre qualidade de vida possui importância tanto no cotidiano da sociedade quando na formulação de políticas públicas para este fim. A forma como os agentes institucionais visualizam os problemas sociais delinea as estratégias e políticas públicas que serão adotadas para a solução destes problemas (BRANDÃO, 2011). Assim, conhecer a interpretação destes agentes sobre a qualidade de vida em Cabaceiras é fundamental para refletir sobre a realidade social do município. No entendimento da entrevistada do SEBRAE, a qualidade de vida é uma combinação entre as ações do poder público, relacionada com a dimensão objetiva da qualidade de vida, e o sentimento de felicidade dos moradores da comunidade, relacionado com a dimensão subjetiva da qualidade de vida. Para a gestora:

A qualidade de vida não é só uma atribuição do poder político. Acho que a questão da base da qualidade de saúde, higiene, educação, limpeza pública, a questão da promoção da cidade, isso aí é com eles, mas acho que também tem um pouco da questão da comunidade. Qualidade de vida é você ter tudo o que deixa bem, ter saúde pra você poder batalhar. Mas não é só isso, tem a questão do que é felicidade pra mim, do que é felicidade pra você, não é? (ENTREVISTA SEBRAE).

Esta percepção da qualidade de vida está de acordo com visão de diversos autores que tratam do tema, considerando aspectos objetivos e subjetivos que o conceito requer (SETIÉN, 1993; RAMIREZ *et.al.*, 1999; GOMÉZ, 2000; VITTE *et.al.*, 2002; MARQUES E FIGUEIREDO, 2008). Quando questionada sobre a relação entre turismo e qualidade de vida na cidade de Cabaceiras, a entrevistada do SEBRAE apontou como principal indicador o sentimento de felicidade por parte daqueles que retornaram de outras cidades para morar em Cabaceiras, a partir do incremento do turismo na cidade. Para a entrevistada do SEBRAE:

Uma das coisas que eu penso que o turismo aconteceu no Cariri, com esse Projeto de Turismo Histórico e Cultural - que foi um dos muitos parceiros que ajudaram no desenvolvimento local - é que muitas pessoas que moravam no Rio, em São Paulo, em condições precárias, hoje retornaram para o Cariri. Pessoas que eram oriundas de Cabaceiras e retornaram para o seu local. Então, estar perto de quem você ama melhora muito a qualidade de vida, porque você tá (sic) em casa, mesmo que você vá comer farinha com rapadura, mas você está perto da família (ENTREVISTA SEBRAE).

No entendimento desta entrevistada, as oportunidades de trabalho que surgiram na cidade com o incremento do turismo, possibilitaram que pessoas oriundas de Cabaceiras, que residiam em outras regiões percebessem uma oportunidade de abrir um negócio na cidade, fazendo-as retornar à localidade. De fato, no entendimento de Sales (2012), para se evitar as migrações, é imprescindível que a localidade ofereça condições para que os indivíduos mudem de vida e tenham qualidade de vida. Dentre as oportunidades de trabalho que Cabaceiras apresentou, este autor aponta o setor hoteleiro como um gerador de empregos entre os anos de 1998 e 2012. Segundo Sales (2012):

Até 1998, a cidade não contava com nenhuma pousada, apenas um dormitório muito modesto. O município dispõe de 272 leitos, distribuídos em cinco hospedarias, uma delas só funciona durante o período da festa. Os empreendimentos de hotelaria empregam diretamente 42 funcionários (SALES, 2012, p. 117).

Segundo Sales (2012), a Prefeitura Municipal criou o serviço de hospedaria alternativa para receber os turistas durante a 'Festa do Bode Rei'. Com este serviço moradores da cidade se cadastram junto à Prefeitura e disponibilizam suas casas para alugar no período da festa, gerando dessa forma uma renda para os moradores. Entretanto, apesar de a cidade ter aumentado o número de leitos, alguns moradores entrevistados afirmam que não há estrutura suficiente para acomodar os turistas no período da festa. Se por um lado existe uma demanda por leitos maior do que a oferta disponível no período da festa - revelando um potencial para

crescimento do setor hoteleiro na cidade - por outro existe uma baixa procura fora do período da festa, pois, segundo o morador 3, “infelizmente a festa vem e passa e depois fica todo mundo aí que tem correr” para sobreviver sem os rendimentos provenientes da mesma. Tal fato pode explicar a insuficiência de estrutura hoteleira na cidade, pois, para o empresário, pode não ser economicamente viável aumentar a capacidade instalada, já que existe uma diminuição da procura fora do período da festa.

Apesar de o turismo ter sido um gerador de emprego e renda para a população de Cabaceiras, alguns entrevistados apontaram que os benefícios não alcançaram a todos e que mais postos de trabalho poderiam ter sido criados. Assim, para alguns entrevistados:

Mais pessoas poderiam se beneficiar com o turismo, eu acho que hoje é um número pequeno. A parte hoteleira é a meu ver onde tem mais lucratividade com o turismo. Eu acho que não adianta o SEBRAE vir, capacitar pessoas e depois ir embora. Eu acho que deveria fazer um estudo pra desenvolver pequenas indústrias, dar mais emprego a quem precisa (ENTREVISTA EMPRESÁRIO 2).

Algumas pessoas foram muito beneficiadas. Assim, quando tem a festa, geralmente eles chamam pra trabalhar, pra colocar suas coisas em exposição. Eles chamam mais quem trabalha com artesanato (ENTREVISTA MORADORA 4).

Algumas pessoas conseguiram emprego. Eu mesma fiz o curso de guia de turismo e hoje trabalho no comércio. Não houve continuidade, só houve entrega de certificados (dos cursos do SEBRAE). Não consegui emprego como guia. Em Ribeira alguns conseguiram, mas em Cabaceiras não (ENTREVISTA MORADORA 2).

Conforme a percepção destes entrevistados, a oferta de empregos foi aquém da capacitação recebida pela população. Isto pode ter ocorrido por alguns fatores como a estrutura comercial da cidade (05 hospedarias, sendo que uma só funciona no período da festa; 03 restaurantes; 04 mercadinhos e 01 museu) formada por poucas empresas (SALES, 2012); como também a sazonalidade do turismo na cidade ou a ociosidade da população (ENTREVISTA SECRETARIA DE CULTURA). A existência de poucos estabelecimentos ligados à cadeia produtiva do turismo; de períodos de baixo fluxo de turistas na cidade, bem como de desinteresse das pessoas em abrir um negócio no ramo turístico, podem limitar a empregabilidade do turismo na cidade, sugerindo que as pessoas procurem outros ramos de atividade para trabalhar.

Seguindo uma linha de pensamento da qualidade de vida direcionada para o trabalho e renda, a entrevistada daPBTur acredita que “qualidade de vida é quando você tem o seu

dinheiro, sem depender de ninguém, você tem sua casinha, tudo o que você precisa. O básico tá ali, feito por você, fruto do seu trabalho”. Esta é uma visão mais restrita da qualidade de vida porquanto considera apenas a dimensão econômica, dentro de um conjunto de dimensões que o conceito apresenta. Quanto à relação entre o turismo e a qualidade de vida na cidade de Cabaceiras, além da perspectiva econômica, a entrevistada daPBTur apontou também o sentimento de felicidade da população local, pois, segundo este agente, a população local acolheu o turismo de maneira satisfatória. Na visão da mesma, o turismo trouxe efeitos positivos para a qualidade de vida de Cabaceiras porque:

A cidade vive do turismo, ela tem a economia do bode, ela faz o artesanato que é vendido pra onde? Pra os turistas. Eu achei a população alegre e feliz, eu não vi ninguém falando mal de nada, a gente conversou com ela, que disse: “é maravilhoso” (o turismo) (ENTREVISTA PBTUR).

Conforme Krippendorf (2003), embora as opiniões sobre o turismo difiram de acordo com os grupos populacionais, as categorias profissionais e o escalão político estudados, “dadas as vantagens econômicas, será difícil encontrar quem desaprove o turismo” (KRIPPENDORF, 2003, p. 71) porque os turistas, segundo este autor, são bem-vindos uma vez que fornecem trabalho e retorno financeiro. Não obstante, desconsiderando o fato gerador da felicidade e da receptividade aos turistas por parte da população local de Cabaceiras, a disponibilidade em receber os turistas parece ser uma constante na cidade. De acordo com o entrevistado da Secretaria de Cultura do município, alguns artesãos foram preparados para receber os turistas em suas casas. Tal interesse pode indicar que o turismo na cidade é aceito e visto como algo positivo pela população local.

Outra linha de pensamento sobre qualidade de vida, esta mais abrangente, é apontada pelo entrevistado da Secretaria de Cultura do município de Cabaceiras, o qual acredita que “qualidade de vida é viver bem em diversos aspectos, envolve a questão econômica, social, acesso a bens culturais e saúde, infraestrutura”. Esta é uma percepção multidimensional da qualidade de vida, a qual se assemelha à de alguns autores que discutem a temática qualidade de vida, tais como Setién (1993); Ramirez *et. al.* (1999) e Cantero *et. al.* (2003). Para o entrevistado da Secretaria de Cultura de Cabaceiras, o turismo trouxe efeitos positivos na qualidade de vida tanto na dimensão econômica quanto cultural. Segundo este entrevistado é possível ver os efeitos:

Na questão da renda com o consumo dos turistas no município, na parte urbana o retorno econômico é menor do que no rural. Teve também na

questão cultural a partir das oficinas de música e dança de graça; a divulgação da cidade; a população passou a valorizar mais o patrimônio histórico e cultural da cidade. Alguns moradores não mudaram as fachadas das casas porque entenderam que elas fazem parte do patrimônio histórico-cultural da cidade (ENTREVISTA SECRETARIA DE CULTURA).

O retorno econômico do turismo tem sido maior na parte rural da cidade porque segundo o entrevistado da Secretaria de Cultura, a população rural residente nas imediações do Lajedo de Pai Mateus se envolveu de forma mais intensa com o artesanato e com o turismo, fazendo circular dinheiro na localidade. Assim mesmo, com relação à cultura, é possível perceber investimentos dos agentes na parte urbana da cidade. O Ponto de Cultura, que funciona regularmente e está localizado num prédio vizinho ao Museu Histórico, é um local de integração das pessoas que fazem os cursos de música e dança na cidade. Ao chegar ao Ponto de Cultura é possível visualizar uma população jovem aprendendo/tocando música regional. No Museu Histórico é possível ter contato com a cultura e história da localidade, por meio do artesanato exposto, feito com couro de bode, dentre outros materiais que remetem à região, tais como pedra e chita.

A cultura como dimensão indicativa da qualidade de vida está de acordo com a proposta de alguns sistemas de indicadores de qualidade de vida no Brasil, a exemplo do Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), criado em 1996 em Belo Horizonte (NAHAS, 2001), e do Sistema de Informações Gerenciais para mensurar a qualidade de vida em Caetité-BA, proposto por Andrade e Conceição (2010). A cultura torna-se uma dimensão importante no contexto da qualidade de vida porque confere ao homem um sentido de pertencimento (ZAOUAL, 2003), o qual enfeixa a ideia de manter com o passado uma relação enriquecedora com o presente, oferecendo uma direção na busca por soluções criativas ao se “olhar para dentro” da localidade, contemplando suas necessidades e potencialidades (FURTADO, 1984). Assim, percebendo o bode como um elemento enraizado na cultura e na economia da cidade, instituições públicas, artesãos e comerciantes em geral investiram na gastronomia, nas festas e no artesanato local como forma de sair da inércia e gerar renda na cidade (SALES, 2012; PAPES, 2011). Além de outros elementos culturais como a música, a dança e o cinema, os quais, por sua vez, também trouxeram novos ofícios e novas fontes de renda para os envolvidos com estas atividades culturais.

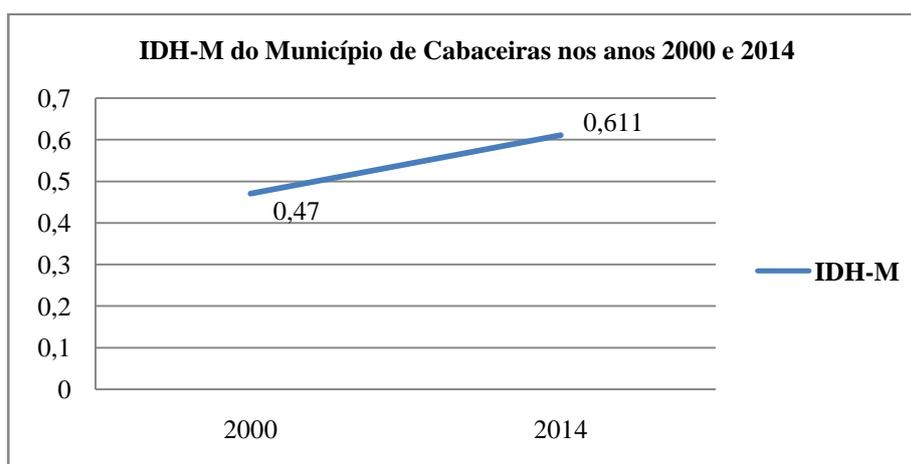
Assim, a possibilidade de acesso à cultura, seja por meio de equipamentos culturais como cinema, teatro, museus, bibliotecas, gastronomia, artesanato etc., são relevantes para que as pessoas de um lugar se identifiquem com sua história, criem raízes no lugar e desenvolvam soluções criativas para os problemas do dia-a-dia em sociedade, fortalecendo o

sentimento de pertencimento ao lugar e à sua história (ZAOUAL, 2003), além de proporcionar conhecimento e capacitação para as pessoas.

6.2. Uma síntese dos dados objetivos e dos discursos dos agentes

Considerando que as principais ações para o desenvolvimento turístico e regional em Cabaceiras ocorreram no final da década de 1990 e meados dos anos 2000, o IDHM da cidade apresentou um aumento no ano de 2014, quando comparado ao ano 2000. Com base nos dados do Censo 2000, Cabaceiras apresentou o IDHM de 0,470 (baixo desenvolvimento) (PNUD, 2015). Em 2014, baseado em dados do Censo 2010, o município apresentou o IDHM de 0,611 (médio desenvolvimento), indicando, segundo esta ferramenta, uma elevação na qualidade de vida da população, conforme podemos ver no gráfico 1:

Gráfico 1: IDHM de Cabaceiras nos anos 2000 e 2014



Fonte: Elaboração Própria, com base em: <http://g1.globo.com/economia/idhm-2013/index.html> Acesso em: 22 de Novembro de 2014
<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2000.aspx> Acesso: 28 de Setembro de 2015.

De acordo com o Censo 2010, todas as variáveis do IDHM apresentaram valores mais altos com relação ao Censo 2000. Em 2000, o IDHM Renda era 0,507; o IDHM Longevidade era 0,684 e o IDHM Educação era 0,300; em 2010 estes valores mudaram para 0,574; 0,759 e 0,523 respectivamente. Entretanto, é importante destacar que esta situação de crescimento do IDHM não é uma particularidade da cidade de Cabaceiras, mas uma realidade nacional, visto que todos os municípios brasileiros apresentaram aumento do IHM neste período. O turismo pode ter contribuído para a melhoria deste indicador principalmente por meio da variável Renda, uma vez que, segundo os entrevistados, o turismo promoveu a geração de emprego e

renda na localidade. Embora a capacitação de pessoas para atuarem na cadeia produtiva do turismo não ser considerada como o critério de avaliação do IDHM Educação – este é mensurado pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino, bem como pela taxa de analfabetismo - o turismo pode ter contribuído para a elevação da educação no sentido instrumental da população residente.

Considerando a importância de outras variáveis na compreensão da qualidade de vida, inclusive da percepção subjetiva da mesma (GOMÉZ, 2000; RAMIREZ *et. al.*, 1999; SETIÉN, 1993; HERCULANO, 2000), o entendimento da relação entre turismo e qualidade de vida se torna mais complexo diante dos discursos dos agentes, mostrando que, de acordo com a posição de cada agente no espaço, as percepções mudam (KRIPPENDORF, 2003; MEDINA, 2008). Com base nas entrevistas realizadas, os agentes compreendem que qualidade de vida está diretamente ligada com os aspectos mencionados no quadro a seguir:

Quadro 3: Aspectos da qualidade de vida na percepção dos agentes

Agentes da Pesquisa	Aspectos da qualidade de vida
INSTITUCIONAIS	
Secretaria de Cultura de Cabaceiras	Econômico, social, acesso a bens culturais e saúde, infraestrutura.
SEBRAE	Saúde, trabalho, renda, promoção da cidade, e felicidade.
PBTur	Trabalho e renda
EMPRESÁRIOS	
Empresário 1	Trabalho e renda
Empresário 2	Trabalho, renda e saúde
Empresário 3	Trabalho, renda e segurança
MORADORES	
Morador 1	Trabalho e renda
Morador 2	Trabalho e renda
Morador 3	Trabalho e renda
Morador 4	Trabalho, renda, educação, saúde e lazer
GUIA DE TURISMO	Trabalho, renda e saúde

Fonte: Entrevistas concedidas entre os dias 28 de maio e 09 de junho de 2015.

Com base nestas informações, é possível perceber que todos os entrevistados consideram a dimensão econômica como indicadora de qualidade de vida. Porém, quanto mais a análise se aproxima do empresariado local e moradores, mais os aspectos trabalho e renda são enfatizados. Metade destes agentes considera que qualidade de vida é trabalho e renda. Quando se considera apenas a percepção dos moradores, nota-se que a maioria destes,

três de quatro entrevistados, considera que qualidade de vida é trabalho e renda. Estes dados apontam a predominância de uma visão economicista dos empresários e moradores da cidade, contudo, foi justamente por meio do trabalho e da renda que o turismo trouxe mais benefícios à qualidade de vida de Cabaceiras, segundo os entrevistados, conforme podemos ver no quadro4 a seguir:

Quadro 4: Contribuição do Turismo para a qualidade de vida em Cabaceiras na percepção dos agentes

AGENTES	CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO PARA A QUALIDADE DE VIDA EM CABACEIRAS
Secretaria de Cultura	Emprego e Renda; Cultura
SEBRAE	Emprego e Renda
PBTur	Emprego e Renda; Sentimento de Felicidade
Empresário 1	Emprego e Renda
Empresário 2	Emprego e Renda
Empresário 3	Emprego e Renda
Morador 1	Emprego e Renda
Morador 2	Emprego e Renda
Morador 3	Emprego e Renda
Morador 4	-
Guia de Turismo	Emprego e Renda

Fonte: Elaboração Própria (2015)

Dessa forma, todos os entrevistados da categoria agentes institucionais, empresariado local e guia de turismo afirmam que o turismo trouxe contribuições para a qualidade de vida em Cabaceiras por meio do trabalho e da renda. Dentre os quatro moradores entrevistados, três consideram que o turismo trouxe contribuições à qualidade de vida por meio apenas do trabalho e da renda, sendo que um destes entrevistados afirma não perceber contribuição do turismo à qualidade de vida das pessoas. Com relação a outras dimensões, um dos três agentes institucionais entrevistados assevera que além do trabalho e da renda, houve contribuições por meio da cultura e do sentimento de felicidade gerado na população cabaceirense. Considerando o empresariado local, um dos três entrevistados afirma que além do trabalho e da renda, a cultura foi um meio pelo qual o turismo cooperou para a melhoria da qualidade de vida da população. Diante disso, segundo a percepção subjetiva dos entrevistados da pesquisa, a relação entre o turismo em Cabaceiras e a qualidade de vida das pessoas está baseada na geração de trabalho e renda, na cultura regional e no sentimento de felicidade proporcionado.

A ênfase dada pelos entrevistados ao trabalho e renda como qualidade de vida pode advir do fato de que com a expansão do turismo na cidade, as formas de gerar trabalho e renda se diversificaram. Até os anos 1990, o município sobrevivia da plantação do alho e da

pecuária extensiva e outras opções de trabalho residiam principalmente no serviço público e no comércio local. O turismo foi uma alternativa encontrada pelos administradores locais para movimentar a economia local, gerando novos empregos na cidade e criando uma situação favorável ao desenvolvimento endógeno com qualidade de vida para a população (BARQUERO, 2001; SALES, 2012).

Entretanto, o processo de desenvolvimento turístico nas comunidades receptoras pode provocar impactos de natureza, intensidade, direções e magnitudes diversas (RUSCHMANN, 1997). Quando questionados sobre os possíveis efeitos negativos do turismo à qualidade de vida na cidade, os entrevistados apontaram efeitos como aumento dos preços dos produtos e aumento do consumo de drogas no período da ‘Festa do Bode Rei’, bem como aumento da prostituição quando filmes são produzidos na cidade. Considerando que a festa ocorre anualmente e que os filmes não são produzidos com muita frequência na cidade¹⁷, é possível acreditar que tais efeitos provoquem modificações temporárias na qualidade de vida das pessoas em Cabaceiras.

Os dados apontam que a contribuição do turismo em Cabaceiras para a qualidade de vida das pessoas reside principalmente no campo econômico, com a geração de trabalho e renda; no campo cultural, com a revitalização e valorização do artesanato, da gastronomia, da música regional e com o despertamento da preservação do patrimônio histórico; e no campo social, por meio da promoção do sentimento de felicidade da população com a prática do turismo na cidade. Embora esta contribuição seja de imenso valor para o desenvolvimento do Cariri, especialmente pelo valor intrínseco de cada uma destas dimensões, o turismo poderia contribuir mais para a qualidade de vida em outras dimensões, conforme sugere a literatura. Quando questionados sobre de que forma as ações dos agentes poderiam melhorar ainda mais a qualidade de vida da população, seis dos onze entrevistados (mais da metade) apontaram a geração de empregos; quatro apontaram o oferecimento de cursos de capacitação; três indicaram investimentos no esporte; dois na educação e um na cultura, na saúde e no lazer.

Assim, apesar de o turismo ter possibilitado a geração de empregos na cidade, seis dos onze entrevistados acreditam que se mais empregos fossem criados, mais qualidade de vida a população obteria. Os cursos de capacitação também foram apontados pelos entrevistados como uma das ações que contribuíram à melhoria da qualidade de vida. Para os entrevistados,

¹⁷ O último filme produzido na cidade foi no ano de 2011. Trata-se de um curta-metragem denominado “Mais Denso que Sangue” do autor Ian Abe. Fonte: SALES, Josélio dos Santos. *A invenção de Cabaceiras como cidade turística a partir da cultura do bode e das produções cinematográficas*. Campina Grande, 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

foi por meio da participação nos cursos de capacitação que algumas pessoas conseguiram se inserir no mercado de trabalho, seja pela ocupação de vagas de emprego, seja pela abertura de um negócio na cidade. Três entrevistados acreditam que se houvessem mais investimentos no esporte, a qualidade de vida poderia ser melhorada. Segundo Brasileiro, uma via para que o turismo promova o desenvolvimento com qualidade de vida diz respeito ao “compartilhamento das vivências de lazer e do lúdico entre os autóctones e turistas, por meio das práticas físico-esportivas” (2012, p. 93). É importante, no entanto, a vontade política, o interesse dos planejadores do turismo e da governança local para pôr em marcha projetos que possam unir o turismo com o esporte.

Segundo os moradores 1 e 3, falta na cidade o apoio da prefeitura a projetos que envolvam atividades esportivas. Para o morador 3:

Falta incentivo ao esporte e quando tem é muito pouco. Eu coloquei um projeto na prefeitura pra dar aula de karatê aqui, já vai fazer uns cinco ou seis anos, e estou colocando de novo, mas tenho quase certeza de que não vou ter apoio, vou tentar colocar por minha conta (ENTREVISTA MORADOR 3).

Conforme a guia de turismo da cidade, inexistente na cidade um espaço para práticas de esporte e lazer comunitário. Segundo o mesmo: “poderia ter um espaço de lazer para a população. Existe uma praça, mas falta um espaço para que todos pudessem praticar algum esporte como aulas de natação, por exemplo”. Para Gonçalves e Vilarta (2004), a atividade física contribui para o bem-estar físico, para a saúde e conseqüentemente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Assim, a existência de atividades esportivas e ligadas ao lazer bem de um espaço físico direcionado para tal finalidade em Cabaceiras poderia contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população e seria uma oportunidade de integrar os turistas com a população local, possibilitando a troca de vivências entre ambos, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento que vai além do paradigma econômico.

Diante do exposto, percebe-se que o turismo trouxe contribuições à qualidade de vida da população de Cabaceiras. Os discursos dos agentes apontam melhorias nos campos econômico, cultural e social, os quais englobam aspectos relevantes da qualidade de vida. Com base nos discursos dos agentes - os quais em sua maioria concebe qualidade de vida como emprego e renda - é possível afirmar que o turismo praticado em Cabaceiras contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Contudo, embora muito tenha sido feito no passado para promover o desenvolvimento regional e turístico no Cariri e em Cabaceiras, existem lacunas a serem preenchidas em

diversas dimensões da vida social em Cabaceiras. Melhorar a qualidade de vida das pessoas nas áreas pontuadas pelos entrevistados requer a continuidade das ações existentes, bem como o surgimento de novos projetos que busquem atender às necessidades da população local. Porém, quando os agentes institucionais foram questionados sobre a existência de projetos/ações a serem implementados em Cabaceiras, apenas a entrevistada do SEBRAE afirmou existir um projeto chamado “Turismo de Experiência” o qual está em andamento em cidades onde existe atualmente uma base organizada, tais como Ingá, Boqueirão e Cabaceiras. A proposta é criar uma visão de turismo em que as pessoas vivam experiências únicas no lugar. É o que Zaoual (2009) denomina ‘Turismo Situado’, em que os turistas conhecem novas culturas e vivenciam novas experiências num processo de trocas simbólicas com a população local.

O entrevistado da Secretaria de Cultura do município afirmou que existe o interesse em pôr em prática algumas ideias que envolvem a criação de um festival de cinema; a elaboração de eventos noturnos e revitalização do museu, porém não existe formalmente nenhum projeto. A entrevistada da PBTur informou que também não possui nenhum projeto a ser implementado na atualidade. A ausência de novos projetos que busquem uma continuidade do desenvolvimento turístico e regional demonstra não apenas a escassez de planejamento estratégico do desenvolvimento (BRANDÃO, 2011), como também conduz à descrença de que no curto prazo haja mudanças significativas na qualidade de vida das pessoas em Cabaceiras. Tal fato pode até mesmo comprometer o esforço criativo que foi empregado no passado, conduzindo a um novo estado de inércia, pois, conforme Coriolano (2003), quando se diz região desenvolvida, não significa dizer que ela parou de desenvolver, pelo contrário, ela continua se desenvolvendo, não estacionou, nem deixou de crescer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o pilar do capitalismo global, regiões e localidades buscam desenvolver-se criando condições internas ao crescimento econômico e à competitividade. Dentre as estratégias empregadas pelos agentes está a utilização das potencialidades do território como forma de diferenciação frente às pressões de uma economia globalizante. A escolha de alternativas para desenvolver o território é crucial principalmente porque esta direciona as ações estratégicas que serão praticadas pelos agentes, modificando o entorno em que vivem os habitantes do território.

O turismo cultural tem sido uma alternativa para o desenvolvimento endógeno que se utiliza das peculiaridades do território, valorizando-as e criando a partir destas, oportunidades de mercado que absorvem o pequeno negócio e a mão-de-obra local. Distante de ser meramente uma atividade econômica, o turismo mostra-se como um fenômeno complexo capaz de impulsionar o encontro e o fortalecimento de culturas; a geração de divisas; a mudança na infraestrutura urbana e na sociedade. Assim, na diversidade de nuances em que pode ser visualizado, o turismo possui potencial para modificar a qualidade de vida das pessoas nas regiões e localidades onde é praticado.

Embora seja considerada a importância da promoção da qualidade de vida por meio dos projetos de desenvolvimento regional, existe uma dificuldade de mensuração, seja pela diversidade de conceituações teóricas sobre o termo, seja pela carência de instrumentos de medida, ou insuficiência de dados para análise. Aliadas à dificuldade na mensuração da qualidade de vida, as pesquisas publicadas sobre o tema estão relacionadas com diversas áreas de conhecimento, tais como a medicina, a antropologia, a sociologia, planejamento urbano e regional, a economia, dentre outras, cujos instrumentos de mensuração consideram indicadores distintos entre si, dificultando a aplicação em realidades diferentes, o que por sua vez, obstaculizam a comparação entre as mesmas. Além disso, existe uma escassez de estudos que relacionem a qualidade de vida com a prática do turismo em cidades turísticas, aspectos tais que demonstram um desafio metodológico à pesquisa científica.

O presente estudo se propôs a conhecer as ações dos agentes que participam do desenvolvimento turístico e regional em Cabaceiras, e sua relação com a qualidade de vida da população local. Os agentes da pesquisa apresentaram discursos diferentes, embora haja um consenso de que o turismo praticado no município trouxe melhorias na qualidade de vida da população por meio do trabalho e da renda. Enquanto agentes institucionais, o SEBRAE, a

Secretaria de Cultura de Cabaceiras e a PBTur entendem que houve um esforço conjunto entre governo do Estado, Prefeituras, empresas e a população local para que as ações fossem postas em prática tanto no Cariri quanto em Cabaceiras particularmente. Para estes agentes, o turismo proporcionou valorização da cultura regional, oportunidades de negócio para a população local e o sentimento de felicidade das pessoas, provocado principalmente pelo fato de a cidade ter se reinventado como cidade turística e cultural, tornando-se conhecida nacional e internacionalmente.

Os moradores, empresários e guia deturismo participantes da pesquisa acreditam em sua maioria que o turismo trouxe melhorias à qualidade de vida das pessoas, especialmente àquelas envolvidas na cadeia produtiva do turismo. Esta visão pode ser justificada pelo fato de que a maioria destes agentes considera qualidade de vida como emprego e renda. É possível que esta visão economicista da qualidade de vida esteja presente na maioria dos entrevistados porque o município é de pequeno porte, abriga poucas empresas em seu entorno, a maioria delas ligada aos ramos de vestuário, alimentação, móveis, bancos e algumas instituições públicas como Prefeitura Municipal, Delegacia de Polícia, Posto Médico e Escola Municipal. Não há ampla variedade no mercado de trabalho em Cabaceiras, o que pode limitar as opções de trabalho para pessoas com determinados tipos de profissão. Esse quadro pode refletir uma restrição de liberdade de escolha para a população local. E, na medida em que o turismo estimulou o empreendedorismo local, bem como gerou novos postos de trabalho, a percepção de liberdade de escolha por parte das pessoas pode ter mudado positivamente, elevando a percepção de qualidade de vida com o incremento do turismo.

Entretanto, considerando que os entrevistados também apontaram a ausência de empregos na cidade, percebe-se que o turismo não foi capaz de suprir todas as necessidades da população nesta dimensão, de modo que algumas pessoas que se capacitaram para trabalhar como guias de turismo não encontraram oportunidades de emprego no setor. Além disso, vale destacar que embora o IDHM tenha apresentado uma elevação entre os anos 2000 e 2014, a presente pesquisa não encontrou dados que comprovem a relação entre o turismo e o aumento do IDHM, sendo, portanto, considerada apenas a possibilidade de que o turismo tenha contribuído para a elevação deste índice na variável Renda.

Um ponto observado durante o estudo é que a população parece satisfeita com a prática turística na localidade e demonstra orgulho da cidade, de sua história e de sua cultura. Orgulha-se pelo fato de que turistas de várias partes do Brasil e do mundo se deslocam para conhecer a cidade. Porém, estes agentes acreditam que houve uma regressão das ações para o

desenvolvimento local e turístico de Cabaceiras, atribuindo a causa ao desinteresse do poder público. Por outro lado, para os agentes institucionais, existe certa ociosidade da população local para continuar o processo de desenvolvimento em Cabaceiras. Entretanto, percebe-se que na atualidade não há um esforço da gestão local em trazer inovações para fomentar o turismo e a promoção do local, sendo agentes externos como o SEBRAE, o impulso para que novas ações aconteçam. Tal fato pode ser comprovado pelo discurso dos moradores, empresários locais e guia de turismo, os quais associam o período de crescimento do turismo e dos negócios locais à presença do SEBRAE no município. Além disso, a troca de gestão municipal parece ser um agravante, pois segundo os moradores, os gestores subsequentes mantiveram os projetos existentes, porém de maneira enfraquecida.

Assim, Cabaceiras parece vivenciar uma fase estacionária no processo de desenvolvimento, em meio a uma transferência de responsabilidade nos discursos dos agentes institucionais, moradores e empresariado local. Tal cenário diverge do desenvolvimento endógeno no campo das ideias - o qual é construído e liderado pelos agentes locais, ou seja, moradores e instituições públicas e privadas no intuito de promover o crescimento econômico com qualidade de vida para as pessoas – porém, se assemelha à realidade do processo de desenvolvimento – um conflito de interesses, um processo tenso, sofisticado e complexo que requer outras pesquisas que possam aprofundar na compreensão das lacunas e dificuldades encontradas no processo de desenvolvimento territorial e turístico de Cabaceiras, as quais não puderam ser melhor explicadas neste estudo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.): **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2008.

ANDRADE, Maria Eliane Brito de.; CONCEIÇÃO, Rosilene de Carvalho da. **Mapeamento da qualidade de vida urbana em Caetité-BA**. Encontro Baiano de Geografia. (2010). Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2t.pdf> Acesso em: 21 de Julho de 2015.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BARQUERO, AntonioVázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 2ª edição. Campinas: Editora Papirus, 1997.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Roseane Silva Pinto de. **Os determinantes da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA, 1995. (Texto para Discussão n.º 377). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1727/1/td_0377.pdf Acesso: 11 de Junho de 2014.

BECKER, DinizarFermiano. A contradição em processo: o local e o global na dinâmica do desenvolvimento regional. In: BECKER, DinizarFermiano; WITTMANN, Milton Luiz. **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BENI, Mário. **Políticas e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BERTONCELLO, Rodolfo. Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. In: Maria Tereza Duarte Paes; Melissa Ramos da Silva Oliveira. (Org). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 33-53.

BOISIER, Sergio. Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica? **Redes**, Santa Cruz do Sul. V. 8, n. 1, p. 9-42, jan/abr, 2003.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. **Turismo cultural: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Brasília, 2006.

BRASIL. Plano Nacional do Turismo. **Diretrizes Metas e Programas 2003-2007**. Ministério do Turismo, Brasília, 2003.

BRASILEIRO, Maria Dilma Simões. Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. In: Maria Dilma Simões Brasileiro; Julio César Cabrera Medina; Luzia Neide

Coriolano. (Org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. 1 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2012, p. 75-98.

BRASILEIRO, Maria Dilma Simões. Pluralidade metodológica: um diálogo entre o qualitativo e o quantitativo nas ciências sociais. In: DINIZ, Ariosvaldo da Silva; BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; LATIESA, Margarita. **Cartografias das novas investigações em sociologia**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005. p. 157-174.

CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **A aplicação das dimensões do desenvolvimento sustentável e os níveis da competitividade sistêmica**: um estudo comparativo entre regiões produtoras de calçados no Brasil. Campina Grande, 2004. Tese (Departamento de Administração e Contabilidade), Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

CANTERO, María Jesús Satre. et al. **Indicadores de calidad de vida**: um retrato del bienestar em España. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2003.

CARVALHO, André Luiz Piva de; NÓBREGA, Zulmira Silva. Um caminho possível: cultura como fator de desenvolvimento no alinhamento do turismo à economia da cultura. In: Maria Dilma Simões Brasileiro; Julio César Cabrera Medina; Luzia Neide Coriolano. (Org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. 1 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2012, p. 125-150.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins (Coord). **Arranjos produtivos locais**: uma estratégia de ação para o SEBRAE. Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Lazer e turismo para o desenvolvimento na escala humana. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**. Vol. 1, n. 2, p. 127-142, 2013.

CORIOLOANO, Luzia Neide; SAMPAIO, Carlos Alberto Ciose. Discursos e concepções teóricas do desenvolvimento e perspectivas do turismo como indução. In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Julio César Cabrera; CORIOLOANO, Luzia Neide. (Org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. 1 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2012, p. 49-73.

CORIOLOANO, Luzia Neide. Os limites do desenvolvimento e o turismo. IN: CORIOLOANO, Luzia Neide. **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: EDUECE, 2003, p. 13-28.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges; ARROYO, Mónica e SILVEIRA, María Laura. **América Latina**: cidade, campo e turismo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. San Pablo, 2006, p.337-350. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pdf> Acesso em: 18 de Agosto de 2014.

DALLABRIDA, Valdir Roque; AGOSTINI, Cíntia. Desenvolvimento Local e Regional em Questão: Uma Compreensão a Partir do Enfoque de Uma “Economia Política Neogramsciana” do Desenvolvimento Contemporâneo. **Desenvolvimento em Questão**. Ed. Unijuí, ano 07, nº 14, p. 09-41, Julho/Dezembro, 2009.

DELAMARO, Maurício; BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan. **Turismo para quem?** Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: SANSOLO, Davis Gruber; BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan (orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 76-91.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social:** pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento:** guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-83.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

GOMÉZ, JulioAlguacil. **Calidad de vida y práxis urbana:** nuevas iniciativas de gestión ciudadana en la periferia social de Madrid. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2000.

GONÇALVES, Aguinaldo; VILARTA, Roberto. **Qualidade de vida e atividade física:** Explorando teorias e práticas. Barueri: Manole, 2004;

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERCULANO, Selene. A Qualidade de Vida e seus Indicadores. In: HERCULANO, Selene. *et al.* (org.). **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**, Niterói: EDUFF, 2000.

IETS. **Desenvolvimento com justiça social:** esboço de uma agenda integrada para o Brasil. Rio de Janeiro, IETS, 2002. (PolicyPapers n.º 01). Disponível em <http://www.senado.leg.br/comissoes/cas/ds/IETSDesenv.pdf> Acesso em: 11 de junho de 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cabaceiras, 2010.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2003.

LEFÉVRE, Fernando. Princípios básicos e conceitos fundamentais do discurso do sujeito coletivo. In: LEFÉVRE, Fernando; LEFÉVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Discurso do sujeito coletivo:** um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). 2 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2005, p. 13-57.

LIMA, Robson Pereira de; AYRES, Andreia Ribeiro; BARTHOLO, Roberto. Turismo de base comunitária sob a perspectiva dos sítios simbólicos de pertencimento: o caso da praia do sono. In: Seminário Internacional de Turismo, 11., 2009, Curitiba. **Anais** (online). Curitiba: OBSTUR/UFPR: Universidade Positivo, 2009. Disponível em: [file:///D:/Desktop/ PROJETO %20MESTRADO/BIBLIOGRAFIA%20DESENVOLVIMENTO /Zauaol%20e%20 Turismo. pdf](file:///D:/Desktop/PROJETO%20MESTRADO/BIBLIOGRAFIA%20DESENVOLVIMENTO/Zauaol%20e%20Turismo.pdf) Acesso em: 08 de Agosto de 2014.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: SANSOLO, Davis Gruber; BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 25-44.

MARQUES, João Lourenço; FIGUEIREDO, Elisabete. De que depende a percepção social da qualidade de vida? Uma análise exploratória para o conselho de Aveiro. In: Congresso Português de Sociologia, 6., 2008, Lisboa. **Anais** (Online). Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia: Universidade de Nova Lisboa, 2008. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/422.pdf> Acesso em: 07 de Outubro de 2014.

MAX-NEEF, Manfred. **Desenvolvimento à escala humana: concepção- aplicação- reflexos posteriores**. Blumenau: EDFURB, 2012.

MEDINA, Julio César Cabrera. Re-construcción de la cultura y delespacio turístico. In: BRASILEIRO, Maria Dilma Simões; MEDINA, Julio César Cabrera; CORIOLANO, Luzia Neide. (Org.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. 1 ed. Campina Grande: EDUEPB, 2012, p. 21-47.

MEDINA, Julio César. Turismo y construcción del espacio urbano. In: OLIVEIRA, Humberto Luiz e SEIDEL, Roberto Henrique (Org.). **Pós-Colonialismo e Globalização: Culturas e Desenvolvimento em Questão**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de janeiro, v. 5, n. 1, p 7-18, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social: potencialidades dos fatores locais e políticas públicas de desenvolvimento local-regional. In: BECKER, DinizarFermiano; WITTMANN, Milton Luiz. (Org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 263-281.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. Metodologia de construção de índices e indicadores sociais como instrumentos balizadores da gestão municipal da qualidade de vida urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte: In: HOGAN, Daniel Joseph. *et al.* (org): **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População / UNICAMP, 2001, p. 465-487.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Manual on tourism and poverty alleviation: practical steps for destinations**(2010). Disponível em: <[http://step.unwto.org/en/content /m ain-publications](http://step.unwto.org/en/content/m ain-publications)> Acesso em: 09 de setembro de 2014.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea, 2005.

PAPES, Ana Cláudia Santos. **A cidade turística na busca do desenvolvimento: estudo de caso realizado em Cabaceiras após a inserção do projeto Turismo Histórico Cultural no CaririParaibano**. Campina Grande, 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **O que é o IDH**. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx ?indiceAccordion =0&li=li_IDH Acesso em: 23 de Novembro de 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Ranking IDHM Municípios 2000**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/ Ranking-IDHM-Municipios-2000.aspx> Acesso em: 28 de Setembro de 2015.

RAMIREZ, Juan Carlos de Pablos; NURIA, Pascual Martinez; LOPEZ, Yago Gomes. **La búsqueda de localidad de vida: una aproximación interpretativa**. Universidad de Granada. Enero: 1999.

REJOWSKI, Miriam. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, Redes e Ideologias no campo do desenvolvimento. In: **NovosEstudos**. CEBRAP, vol.80, 2005, p.109-125.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo no Brasil: análises e tendências**. São Paulo: Manole, 1997.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTANA, Augustín. **Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações**. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SALES, Josélio dos Santos. **A invenção de Cabaceiras como cidade turística a partir da cultura do bode e das produções cinematográficas**. Campina Grande, 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

SALES, Josélio; BRASILEIRO, Maria Dilma; MEDINA, Julio César Cabrera. A cultura do bode e o desenvolvimento local: a invenção de Cabaceiras-PB (Brasil) como cidade turística. **Revista de Estudios y Perspectivas en Turismo**, Vol. 23, nº 2 p. 396 – 415, 2014. Argentina. <http://www.estudiosenturismo.com.ar/>. Acesso em: 02 de Dezembro de 2014.

SETIÉN, MaríaLuisa. **Indicadores sociales de calidad de vida**. Un sistema de medición aplicado al País Vasco. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas. Siglo XXI, 1993.

SILVA, José de Souza. **Hacia el día después del desarrollo**: Descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles. CampinaGrande: Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica – ALER, 2011. Disponível em: http://www.iepala.es/IMG/pdf/ALER_Hacia_el_Dia_Después_del_Developmento_-_Jose_de_Souza_Silva.pdf Acesso em: 12 de Junho de 2014.

SILVA, Roosevelt Humberto; SILVA, Magnólia Gibson Cabral da. Turismo cultural e desenvolvimento em Cabaceiras-PB. **Revista Eletrônica de Turismo Cultural**. Vol. 3. n. 2, p. 1-27, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da exclusão/inclusão social**. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp11.htm> Acesso em: 14 de Outubro de 2014.

TAVARES, Hermes Magalhães. Estratégias de desenvolvimento regional: da grande indústria ao Arranjo Produtivo Local? **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v.7, n. 1, p. 50-68, jan-abr/2011, Taubaté. São Paulo. Disponível em <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/358>>. Acesso em: 25 de junho de 2014.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. 7ed. Campinas: Papirus, 2003.

ULTRAMARI, Clovis; DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento local e regional**. Curitiba: IBEPX, 2009.

URRY, John. **The Tourist Gaze**. Leisure and travel in contemporary societies. Londres: Sage Publications, 2002.

VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 2, p. 344-369, Mai-Ago/2012, Taubaté, São Paulo. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewFile/679/296> Acesso em: 24 de Julho de 2014.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: SANSOLO, Davis Gruber; BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan (orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 55-74.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.

APÊNDICES

Apêndice A: Questionário elaborado para entrevistas semiestruturadas com representante do Governo do Estado

1. Quais as ações realizadas pelo Governo do Estado para o desenvolvimento turístico no Cariri?
 - a. Especificamente na cidade de Cabaceiras, quais as ações realizadas pelo Governo do Estado, com vistas ao desenvolvimento turístico?
 - b. O senhor acha que essas ações trouxeram efeitos positivos ou negativos para a cidade?
 - c. O senhor poderia indicar alguns dos efeitos negativos / positivos?

1. O senhor acha que essas ações modificaram a qualidade de vida da população?
 - a. De que forma?
2. O senhor acha que poderia melhorar ainda mais a qualidade de vida da população?
 - a. Como?

1. O que o senhor entende por qualidade de vida?
 - a. O senhor acha que o incremento do turismo em Cabaceiras teve efeitos na qualidade de vida na cidade?
 - b. O incremento do turismo na cidade trouxe efeitos negativos / positivos?

2. O Governo do Estado tem interesse em realizar novas ações para o desenvolvimento turístico em Cabaceiras?
3. Existe atualmente algum projeto/ação, a ser implementado pelo Governo do Estado, com vistas ao desenvolvimento turístico em Cabaceiras?

Apêndice B: Questionário elaborado para entrevistas semiestruturadas com empresários da cidade de Cabaceiras

1. O senhor/a conhece algumas das ações realizadas pelas instituições públicas para o desenvolvimento turístico na cidade?
 - a. O senhor acha que essas ações tiveram efeitos positivos ou negativos para a cidade?
 - b. O senhor poderia indicar alguns dos efeitos negativos / positivos?

1. O senhor acha que essas ações modificaram a qualidade de vida da população?
 - a. De que forma?
2. O senhor acha que poderia melhorar ainda mais a qualidade de vida da população?
 - a. Como?

1. O que o senhor entende por qualidade de vida?
 - a. O senhor acha que o incremento do turismo na região teve efeitos na qualidade de vida na região?
 - b. O incremento do turismo na região trouxe efeitos negativos / positivos. Perguntar só no caso de que não indique efeitos negativos ou, vice-versa, se não indica efeitos positivos.

Apêndice C: Questionário elaborado para entrevista semiestruturada com o guia de turismo

1. O senhor/a conhece algumas das ações realizadas pelas instituições públicas para o desenvolvimento turístico em Cabaceiras?
 - a. O senhor acha que essas ações tiveram efeitos positivos ou negativos para a cidade?
 - b. O senhor poderia indicar alguns dos efeitos negativos / positivos?

1. O senhor acha que essas ações modificaram a qualidade de vida da população?
 - a. De que forma?
2. O senhor acha que poderia melhorar ainda mais a qualidade de vida da população?
 - a. Como?

1. O que o senhor entende por qualidade de vida?
 - a. O senhor acha que o incremento do turismo em Cabaceiras teve efeitos na qualidade de vida da população?
 - b. O incremento do turismo na cidade trouxe efeitos negativos / positivos?

Apêndice D: Questionário elaborado para entrevista semiestruturada com os moradores

1. O senhor/a conhece algumas das ações realizadas pelas instituições públicas para o desenvolvimento turístico em Cabaceiras?
 - a. O senhor acha que essas ações tiveram efeitos positivos ou negativos para a cidade?
 - b. O senhor poderia indicar alguns dos efeitos negativos / positivos?

1. O senhor acha que essas ações modificaram a qualidade de vida da população?
 - a. De que forma?
2. O senhor acha que poderia melhorar ainda mais a qualidade de vida da população?
 - a. Como?

1. O que o senhor entende por qualidade de vida?
 - a. O senhor acha que o incremento do turismo em Cabaceiras teve efeitos na qualidade de vida da população?
 - b. O incremento do turismo na cidade trouxe efeitos negativos / positivos?

Apêndice E: Questionário elaborado para entrevista semiestruturada com representante do SEBRAE

1. Quais as ações realizadas pelo SEBRAE para o desenvolvimento turístico no Cariri?
 - a. Especificamente na cidade de Cabaceiras, quais as ações realizadas pelo SEBRAE, com vistas ao desenvolvimento turístico?
 - b. O senhor acha que essas ações trouxeram efeitos positivos ou negativos para a cidade?
 - c. O senhor poderia indicar alguns dos efeitos negativos / positivos?

1. O senhor acha que essas ações modificaram a qualidade de vida da população?
 - a. De que forma?
2. O senhor acha que poderia melhorar ainda mais a qualidade de vida da população?
 - a. Como?

1. O que o senhor entende por qualidade de vida?
 - a. O senhor acha que o incremento do turismo em Cabaceiras teve efeitos na qualidade de vida na cidade?
 - b. O incremento do turismo na cidade trouxe efeitos negativos / positivos?

1. O SEBRAE tem interesse em realizar novas ações para o desenvolvimento turístico em Cabaceiras?
2. Existe atualmente algum projeto/ação, a ser implementado pelo SEBRAE, com vistas ao desenvolvimento turístico em Cabaceiras?

Apêndice F: Questionário elaborado para entrevista semiestruturada com representante da Secretaria de Cultura

1. O Senhor/a conhece algumas das ações realizadas pelas instituições públicas para o desenvolvimento turístico em Cabaceiras?
 - a. A Secretaria de Cultura teve alguma participação na realização destas ações? Qual?
 - b. O senhor acha que essas ações trouxeram efeitos positivos ou negativos para a cidade?
 - c. O senhor poderia indicar alguns dos efeitos negativos / positivos?

1. O senhor acha que essas ações modificaram a qualidade de vida da população?
 - a. De que forma?
2. O senhor acha que poderia melhorar ainda mais a qualidade de vida da população?
 - a. Como?

1. O que o senhor entende por qualidade de vida?
 - a. O senhor acha que o incremento do turismo em Cabaceiras teve efeitos na qualidade de vida na cidade?
 - b. O incremento do turismo na cidade trouxe efeitos negativos / positivos?

1. A Secretaria de Cultura tem interesse em realizar novas ações para o desenvolvimento turístico em Cabaceiras?
2. Existe atualmente algum projeto/ação, a ser implementado pela Secretaria de Cultura, com vistas ao desenvolvimento turístico em Cabaceiras?

Apêndice G: Termos de cessão gratuita de direitos de depoimento oral

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Mestrado em DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Dissertação de Curso
CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, eu **Entrevistado(a)**: _____, **declaro ceder à Pesquisadora**: _____, **sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador (a) /entrevistador (a) aqui referido (a)**, na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/____, **como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba**. A pesquisadora acima identificada fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a ressalva de garantia, por parte dos referidos terceiros, da integridade do seu conteúdo. Apesquisadora se compromete a preservar meu depoimento no anonimato, identificando minha fala com nome fictício ou símbolo não relacionados à minha verdadeira identidade, exceto se eu assinar autorizando expressamente a divulgação de minha identidade.

Local e Data:

_____, _____ de _____ de _____

(assinatura do entrevistado/depoente autorizando revelar identidade)

(assinatura do entrevistado/depoente NÃO autorizando revelar identidade)